

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

LARISSA RAMOS DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DE KAREN HORNEY NOS ENLACES ENTRE PSICANÁLISE,
GÊNERO E FEMINISMOS

Porto Alegre, 2021

LARISSA RAMOS DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DE KAREN HORNEY NOS ENLACES ENTRE PSICANÁLISE,
GÊNERO E FEMINISMOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andrea Gabriela Ferrari

Porto Alegre, 2021

Nome: Larissa Ramos da Silva

Título: Contribuições de Karen Horney nos enlaces entre psicanálise, gênero e feminismos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para fins de obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Geraldo Soares Damico

Instituição: UFRGS

Assinatura _____

Prof. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra

Instituição PUC/SP

Assinatura _____

Prof. Dr. Renata Udler Cromberg

Instituição PUC/SP

Assinatura _____

Agradecimentos

Nunca foi tão relevante expressar publicamente a gratidão pelas diversas pessoas que me ajudaram a construir a trajetória que me trouxe até aqui. Escrevi esta dissertação, em grande parte, isolada em casa, em meio ao caos político e social de uma pandemia devastadora, que deixou famílias enlutadas, sobreviventes sofrendo de sequelas, milhares passando fome e desempregados e, até o momento, mais de meio milhão de mortos. Um verdadeiro reflexo dos absurdos que vivemos sob o governo atual.

É verdade que a possibilidade de manter o isolamento social por tanto tempo, no Brasil, é um grande privilégio. Por outro lado, escrever uma dissertação de mestrado já é uma tarefa, por si só, desafiadora, mas nesse contexto poderia ser enlouquecedor, como para Jack no filme *O Iluminado*, que acreditava que o isolamento quase total seria terreno fértil para a escrita e acabou experimentando os desbordes da loucura e conseguindo escrever apenas, repetidamente: *all work and no play makes Jack a dull boy* (em tradução livre: só trabalho e nenhuma diversão fazem de Jack um menino chato). Em muitos momentos me vi, também, andando em círculos com a solidão de uma escrita que só pôde avançar pela companhia de muitas/os. Por isso, neste momento, mais do que em outros, foi essencial contar com o apoio de tantos e tantas, aos quais ofereço meus sinceros agradecimentos:

À professora Andrea, minha orientadora, que sustentou comigo este trabalho de maneira tão precisa e, na verdade, tão clínica. Não apenas me orientou na pesquisa e na escrita, mas ofereceu sustentação e amparo nos momentos de angústia que esses caminhos suscitam. Estendo esse agradecimento à professora Milena e a todo o grupo de pesquisa do NEPIs.

Aos meus pais, Cezar e Vanderli, que sempre incentivaram os estudos e dedicaram o esforço de uma vida toda para proporcionar à minha irmã e a mim a possibilidade de fazer uma graduação e, depois, um Mestrado, algo que não puderam fazer quando começaram suas vidas profissionais. Obrigada pelo cuidado, pela educação, pelos ensinamentos, pelo apoio, por tudo.

À Vanessa, minha irmã, primeira Mestre da família, parceria de vida e verdadeira amiga: obrigada por estar junto comigo desde os primeiros dias da minha vida e pela companhia de sempre.

Também agradeço a meus dindos, Luciana e João Batista, que sempre torcem por mim e seguem presentes, mesmo quando longe.

Aos meus avós, Leontina, Arno, João e Leci, que cada um a seu jeito me ensinou tanto, principalmente em relação àquilo que extrapola o conhecimento acadêmico: tocar violão, conhecer os chás ideais para cada coisa, cozinhar, lavar roupa, escutar, ter paciência, ética...

tanto. Em suma: à toda minha família agradeço por me dar as mãos, cada um da sua maneira e dentro da sua possibilidade, na minha caminhada de vida.

À amiga Thais O., parceira de tudo: pesquisa, clínica, comes, bebes, plantas, viola, vinho, vida! Te agradeço por tudo. Muito da minha vida de pesquisadora e clínica se cria na interlocução contigo.

À amiga Eduarda, colega de mestrado com quem as trocas sobre esse tempo de pesquisa foram fundamentais para seguir com leveza e parceria. Com certeza esse mestrado teria sido outra coisa sem ti.

E estendo às amigas e amigos: Luiza, Maria, Laura, Jaime, Ana, Thais E., Lia, Vera, Caio (mais amigo que primo) e a todas as outras amizades que fazem dos dias mais leves!

Ao Jefferson, que tem sido parceiro tão importante nesses dias pandêmicos, compartilhando do peso e da leveza. Agradeço pelo carinho, cuidado, presença, por estar junto.

Agradeço ainda às alunas e alunos que se interessaram e participaram dos dois cursos de extensão chamados “Leituras de Karen Horney” que tive o prazer de ministrar ao longo do mestrado para a divulgação de meus achados sobre a obra dessa importante autora. As trocas nesses espaços me ajudaram a elaborar diversos elementos desta pesquisa e foram, de certa forma, motor da escrita.

A todas e todos - professores, colegas, conhecidos, autores, autoras... - que cruzaram os caminhos desta dissertação, direta ou indiretamente, me ajudando a pensar, bater cabeça, pesquisar, escrever: obrigada!

Resumo

Karen Horney foi uma médica e psicanalista alemã pioneira na psicanálise. Nas décadas de 1920 e 1930, produziu muitas críticas consideradas feministas à psicanálise de sua época, embora ela própria não se intitulasse feminista. A partir de sua experiência clínica, de encontros com outros campos, como a sociologia, e de sua implicação enquanto analista mulher, teceu diversas propostas envolvendo os conceitos de diferença sexual e feminilidade, como o questionamento da inveja do pênis, a afirmação de que a cultura tem papel importante na constituição do que era considerado feminilidade e o apontamento de que a psicanálise estava profundamente atravessada por preconceitos sociais que atrapalhavam sua teorização e clínica. O objetivo da presente dissertação de mestrado foi investigar como as discussões sobre diferença sexual e feminilidade aparecem na obra de Karen Horney, com o intuito de resgatar suas contribuições e relacioná-las a questões importantes sobre essa temática hoje. Cabe ressaltar que aqui tratamos de diferença sexual e feminilidade especificamente, pois na obra da autora não há menção ao conceito de gênero, criado apenas posteriormente. Contudo, esses conceitos se enlaçam e são fundamentais para pensar as discussões sobre psicanálise e gênero hoje. Nossa leitura foi guiada pelos conceitos de destruição e devir como operadores metodológicos, a partir da obra de outra pioneira da psicanálise, Sabina Spielrein. Tais operadores orientaram a leitura no sentido de evidenciar os movimentos de crítica e criação de Horney, que pressupõem o abandono de algumas premissas da psicanálise. Assim, destruição e devir se mostraram como duas facetas de um mesmo processo de criação e transformação na obra da autora. A escrita foi dividida em três capítulos. O primeiro tem ênfase nas críticas de Horney sobre o referencial masculino na psicanálise e suas próprias proposições sobre feminilidade. O segundo tem enfoque no lugar da cultura na obra de Horney no que tange à diferença sexual e à feminilidade. O terceiro traz algumas elucubrações sobre pistas metodológicas que podem ser apreendidas da leitura de Horney e nos auxiliam a abordar os enlaces entre psicanálise, feminismos e gênero ainda hoje. Conclui-se que Horney foi uma autora que aportou contribuições relevantes à psicanálise, que ainda hoje podem ser ferramentas potentes, principalmente para pensar os entrecruzamentos desse campo com feminismos e estudos de gênero. Ressalta-se, ademais, que embora seja pouco estudada no Brasil, a autora contribui para discussões que crescem exponencialmente na psicanálise do país nesse âmbito.

Palavras-chave: Psicanálise; Feminismos; Karen Horney.

Abstract

Karen Horney was a German doctor and pioneer psychoanalyst. In the 1920s and 30s, she made critiques to Psychoanalysis which could be considered to be feminist, although she never called herself that. Through her clinical experience, dialogue with other fields, such as Sociology, and her implication as a female analyst, she built propositions regarding the concepts of sexual difference and femininity, like the questioning of the penis envy, the role of culture in the constitution of what was considered to be femininity and pointing out that Psychoanalysis was deeply permeated by social prejudices that got in the way of its theory and clinic. The aim of this research was to investigate the discussions upon sexual difference and femininity in Karen Horney's work, in order to recover her contributions and relate them to important discussions on this theme today. It is important to highlight that we work with sexual difference and femininity specifically because in the author's work there is no mention of the concept of gender, created posteriorly. However, these concepts are entwined and are essential to the discussions on Psychoanalysis and gender until now. Our reading was guided by the concepts of destruction and coming into being as methodological tools, through the work of another psychoanalytic pioneer, Sabina Spielrein. These tools oriented our reading in the sense of pointing out the movements of critique and creation on Horney's work, which presupposes the abandonment of some psychoanalytical premises. Therefore, destruction and coming into being are two facets of the same creation and transformation process in the author's work. The writing was divided into three chapters. The first one emphasises Horney's critiques of the male reference in Psychoanalysis and her own propositions on femininity. The second one focuses on the place of culture in Horney's work regarding sexual difference and femininity. The third one brings out some considerations on methodological indications which could be deduced from our reading of Horney and can help us to approach the interlacements between Psychoanalysis, Feminisms and gender until today. We conclude that Horney made relevant contributions to Psychoanalysis that can still be powerful tools, specially for reflections in the intersections between this field and Feminist and Gender Studies. We also highlight that, even though she is little studied in Brazil, the author contributes to discussions that are growing exponentially in this scope in the country.

Keywords: Psychoanalysis; Feminisms; Karen Horney.

SUMÁRIO

Preâmbulo.....	8
1. Introdução.....	13
1.1. Histórias importadas no contexto acadêmico.....	13
1.2. Histórias importam: retomando produções de mulheres na psicanálise	22
1.3. Breve introdução sobre a vida e obra de Karen Horney.....	26
2. Método.....	33
2.1. Reflexões metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise.....	33
2.2. Contribuições metodológicas de estudos feministas.....	35
2.3. Destruição e devir como operadores metodológicos.....	38
2.4. Costuras.....	41
3. Feminilidade específica.....	42
3.1. A crítica de Horney ao referencial masculino.....	43
3.2. A feminilidade para além da inveja do pênis.....	50
4. Culturalismo.....	55
4.1. Diferenças entre a abordagem de Freud e Horney sobre a cultura.....	55
4.2. O lugar da cultura em Horney.....	58
4.3. Cultura, diferença sexual e feminilidade.....	62
4.3.1. O lugar da mulher na cultura europeia patriarcal.....	64
5. Pistas metodológicas e reflexões epistemológicas a partir dos escritos de Karen Horney.....	68
5.1. O lugar do agente da produção do conhecimento e a ausência de neutralidade.....	70
5.2. A necessidade de recorrer a outros campos do conhecimento.....	74
5.3. As especificidades culturais: o saber parte de algum lugar.....	76
6. Considerações finais.....	79
7. Referências.....	84

PREÂMBULO

Peço licença para um breve relato mais fluido, não tão tradicionalmente acadêmico, mas de extrema importância para situar os caminhos que me levaram ao problema de pesquisa a ser posto em trabalho nesta dissertação. Como um trabalho de pesquisa psicanalítica, a implicação enquanto sujeito na minha questão de pesquisa é a mola fundamental para o processo de pesquisa. Sendo assim, nomeio aqui como preâmbulo essa seção para relatar os traçados de um caminho no pesquisar e de constituição de uma pesquisadora, para que possa situar o terreno do qual parto para a produção desta dissertação de mestrado.

Enquanto acadêmica no curso de graduação de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, logo me interessei por Psicanálise. Embora me encantasse com algumas teorizações propostas nesse campo, sempre me inquietou entrar em contato com formulações sobre diferença sexual e feminilidade. Alguns conceitos batiam mal no ouvido, não faziam sentido com outros estudos e com a minha própria experiência... inveja do pênis, complexo de masculinidade, superego frágil das mulheres, gozo feminino, não-toda fálica, A Mulher não existe: por mais que tudo isso pudesse ter uma “coerência” teórica, tendo em vista que os conceitos se enlaçam entre si em uma lógica interna das teorias, o que isso está dizendo, de fato? Por quê, na Psicanálise transmitida na Universidade, tudo isso era trazido de forma tão naturalizada, investindo na conciliação de leituras mais contemporâneas com conceitos freudolacanianos, fazendo com que parecessem outra coisa? Ou seja, para que parecesse que esses autores não quiseram dizer o que disseram... E por que não tínhamos acesso a outras leituras psicanalíticas sobre essas temáticas, que não se fundamentassem apenas nesses “cânones”?

As inquietações seguiram ao longo de vários textos, aulas, atendimentos, supervisões, eventos. Em certo evento em um instituto de Psicanálise, na fala de uma psicanalista mais antiga, famosa, fiquei espantada com até onde essa conceitualização toda poderia chegar. Ela dizia para as mulheres que a escutavam, incluindo a mim, que lembrassem de olhar embevecidas aos maridos, que deveriam se colocar na posição de objeto causa do desejo nas relações amorosas, que poderiam ser sujeitos em outros campos, no trabalho, mas na relação erótica e amorosa esse era seu lugar, se não quisessem ser trocadas por secretárias novinhas. Essas falas são absurdas em tantos níveis que nem vale comentar, mas para coroar fui presentada, como as demais ouvintes, com um ímã de geladeira com as fórmulas da sexuação lacanianas. Esse objeto encerra em si tantas significações dos efeitos que a normatividade em Psicanálise pode ter, que nem necessita mais palavras.

Do meio para o fim da graduação, a estudante de Psicologia viu o anúncio de uma disciplina nomeada “Feminilidade”, oferecida pelo querido professor Amadeu Weinmann e duas mestradas por ele orientadas à época, Samantha Antoniazzi e Camila Terra da Rosa. Entrei na disciplina pensando que esse conceito - feminilidade - seria abordado por diferentes autores da Psicanálise, para que pudéssemos formar uma leitura sobre o quê, afinal, circunscreve. Isso aconteceu, de fato; mas inesperadamente fui levada por um trajeto por diferentes *autoras* da Psicanálise, mulheres pioneiras que escreveram sobre feminilidade desde os primórdios, provavelmente por conta da dissertação de uma das mestradas, Camila Terra da Rosa¹, que estudava as pioneiras da psicanálise. Ali, talvez sem querer e sem que eu soubesse ainda, apontou-se uma direção para minha pesquisa com suas inquietações: muitas autoras escreveram sobre a mulher e a feminilidade, o que quer que estes conceitos signifiquem, eu apenas não as conhecia. Por que não as conhecia?

Nesse momento, conheci Karen Horney. A disciplina trabalhou apenas dois textos de uma coletânea intitulada *Psicologia Feminina*, que reúne textos da autora do período de 1922 e 1937. Os textos em questão eram *Sobre a gênese do complexo de castração nas mulheres* (Horney, 1923/1991) e *A fuga da feminilidade* (Horney, 1926/1991). Esse último foi o que me impactou e me instigou a investigar mais sobre essa autora. Nele, encontrei ecos para as perguntas que me fazia naquele momento enquanto estudante de Psicologia, mesmo sendo um texto de 90 anos antes. A forma clara, objetiva e audaciosa com a qual a autora desbravava discussões então novas para a Psicanálise da época me tocou, e fiz uma verdadeira jornada atrás de suas obras. Apesar de muitas delas serem encontradas sem tantos entraves em sebos, por valores razoavelmente acessíveis, a obra *Psicologia Feminina* era quase inacessível. Quando finalmente tive acesso a ela e li cada vez mais o conteúdo dos seus textos, decidi fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação comparando as leituras dela sobre feminilidade com as de Freud, para pensar as diferentes produções desses autores contemporâneos entre si, ambos médicos e brancos, europeus, um homem e uma mulher.

Pulando alguns anos, já no mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura, as inquietações se seguiram. Um dia, matando tempo no Instituto de Psicologia, tropecei numa dessas - inquietantes - descobertas acidentais. A chuva forte me impedia de sair, não tinha levado guarda-chuva, então fui à biblioteca ver se algum novo volume de Karen Horney poderia estar disponível. Em especial, buscava pelo livro *Psicologia Feminina*, difícilíssimo de encontrar,

¹ Um dos artigos provenientes dessa dissertação é o de Rosa & Weinmann (2020), chamado *A sexualidade feminina em escritos das pioneiras da psicanálise*, que será posteriormente citado ao longo do trabalho.

ausente nas bibliotecas da UFRGS e nas livrarias - mesmo já tendo acesso a ele de outras formas, ficava curiosa sobre sua ausência na biblioteca da Universidade. Passando pelos corredores, algo começou a me saltar aos olhos: mais de uma prateleira intitulada “Mulheres”.

Comecei a vasculhar todos os corredores, então, e encontrei três prateleiras, em diferentes seções, chamadas “Mulheres” e duas chamadas “Homossexualidade”. Elas não indicavam a autoria de mulheres ou pessoas homossexuais, mas livros cujo objeto de estudo seriam, justamente, “mulheres” e “homossexualidade”. Mas não haviam prateleiras chamadas “Homens” ou “Heterossexualidade”. Lembrei-me do trecho de *Um quarto só seu*, de Virginia Woolf (1929/2019), onde a personagem semi-fictícia para por cinco minutos, assombrada, no Museu Britânico, e se pergunta: “Vocês fazem ideia de quantos livros sobre mulheres são escritos ao longo de um ano? Vocês fazem ideia de quantos são escritos por homens? Vocês sabem que somos, talvez, o animal mais discutido do universo?” (p. 37).

Noventa anos depois, no Instituto de Psicologia, me deparei com uma cena semelhante. Ali, na minha frente, estava materializada a normatividade que atravessa o saber ocidental, dentro da biblioteca que serve de referência para os estudos da comunidade daquele instituto, dentro da Universidade na qual tenho feito toda minha formação acadêmica. Pouco tempo depois disso, entrei em contato com uma fala de Preciado (2019) que caiu como uma luva para pensar essa cena, notadamente no trecho:

Vocês organizam um encontro para falar das “mulheres na psicanálise” em 2019 como se nós ainda estivéssemos em 1917 [*burburinho*], e como se esse tipo particular de animal — que vocês chamam, de forma condescendente e naturalizada, de “mulher” — ainda não tivesse um reconhecimento pleno enquanto sujeito político; como se ela fosse um anexo ou uma notinha de rodapé, uma criatura estranha e exótica entre as flores [*risos*], sobre a qual é preciso refletir, de quando em quando [*aplausos*], num colóquio em mesa-redonda. Seria preciso, isso sim, organizar um encontro sobre os homens brancos heterossexuais e burgueses na psicanálise (p. 12).

Com ironia e precisão implacáveis, como de costume, o autor problematiza a objetificação das subjetividades que não as masculinas, cisheteronormativas, burguesas e brancas, inclusive no âmbito psicanalítico. Era nesse espírito que me encontrava no início de um processo de mestrado, buscando um problema de pesquisa que, àquele momento, me parecia ser apontar a normatividade nos discursos freudolacanianos sobre diferença sexual e feminilidade através de algumas obras de Freud e Lacan e da discussão com autores e autoras

que trabalham nos entrelaçamentos entre gênero e psicanálise, como Gayle Rubin, Judith Butler, Grada Kilomba, Thamy Ayouch e outras/os.

Naquela época, decidi não seguir aprofundando os estudos sobre Karen Horney porque temia que minha dissertação virasse um estudo biográfico ou restritamente histórico, afastando-se das discussões atuais sobre gênero, psicanálise e feminismo que tanto me motivam a pesquisar. Foi após a qualificação do meu projeto, contudo, que compreendi que poderia escolher esse caminho sem abrir mão de inserir meu trabalho em discussões atuais, pois a autora, como disse anteriormente, faz ecoar e reverberar questões que, de forma alguma, foram superadas na psicanálise, como bem pontua Preciado (2019).

Além disso, me foi apontado que dar ao meu trabalho o enfoque da versão mais hegemônica e difundida da psicanálise freudolaciana sobre feminilidade e diferença sexual e as críticas a ela seria reproduzir a ideia de que essa versão foi total e aceita, sem considerar as diversas críticas, diálogos, embates e “ranços” (para tomar emprestada a palavra do professor Damico, um dos integrantes da banca) que permeiam a relação entre psicanálise e feminismo desde o princípio. Ademais, muitas críticas já foram feitas dentro dessa temática ao longo dos anos, tornando meu trabalho de revisão bibliográfica extenso e a contribuição criativa que poderia fazer limitada. Por outro lado, há uma escassez notável de trabalhos sobre a obra de Horney, pouco conhecida. Como citei a autora muitas vezes em meu projeto, sendo ela uma referência de importância mesmo para o problema de pesquisa daquela época, foi indicado pela banca que ela insistia em meu texto e isso causava um certo estranhamento. Elaborando essa colocação, pensei que, de fato, esse estranhamento ocorre mesmo sendo uma autora relevante para o tema, pois não é comum que seja citada, e não faz parte dos autores mais referenciados na maioria dos trabalhos psicanalíticos. Por isso, após os aconselhamentos da banca, entendi que deveria abraçar meu interesse de pesquisa pela autora e apostar nas suas contribuições para as questões referentes à diferença sexual e feminilidade hoje, com vistas a resgatar sua obra, conectá-la ao que pulsa atualmente no Brasil no que tange às discussões sobre gênero e psicanálise e, quiçá, contribuir para que ela cause menos estranhamento no futuro, por ser mais divulgada e lida.

Essas narrativas são importantes porque situam meu percurso na formulação de uma pergunta de pesquisa. É claro que são recortes, e muito mais teve papel na construção desse caminho. Contudo, traçam um bom panorama da minha implicação com meu tema de pesquisa, da minha transferência com a temática, com conceitos, lugares e autores, do desejo e da angústia que fundam esse projeto de dissertação. Caon (1997) afirma que uma postura de serendipidade deve ser inerente ao pesquisador em psicanálise. Esta consiste em uma abertura

ao acidental, “essa faculdade de fazer acidentalmente descobertas desejadas” (p. 122). Ou seja, não são descobertas desprovidas de intencionalidade, mas atravessadas pelo desejo do pesquisador, nesse caso da pesquisadora, que anda pelas ruas e corredores como que permanentemente atravessada por uma atenção flutuante no que tange a seu tema de pesquisa.

Sendo assim, essa breve exposição narrativa de meu caminho enquanto sujeito e pesquisadora torna-se importante motor para a continuação dessa pesquisa. Por isso, decidi trazê-la antes mesmo de uma introdução teórica ou revisão bibliográfica acerca do tema que será abordado: esse caminho é anterior e fundante de qualquer produção que possa vir a seguir.

1. INTRODUÇÃO

[...] a minha opinião é que a Psicanálise terá de se libertar da herança do passado, se desejar desenvolver as suas grandes potencialidades.

Karen Horney

1.1. Histórias importadas no contexto acadêmico

Em *O perigo de uma história única*, Chimamanda Adichie (2019), escritora nigeriana, com uma frase simples resume algo de muito valor para a psicanálise, mesmo sem estar falando dela: histórias importam. A psicanálise teve seu início justamente quando Freud, ao atender e ser interpelado por suas pacientes, se deu conta disso. A própria paciente Bertha Pappenheim (conhecida pelo nome fictício Anna O.), atendida por Breuer, inventou o que chamou de cura pela fala (Freud & Breuer, 1895/2016), que mais tarde foi aprimorada por Freud como a regra de ouro da psicanálise, a associação livre. A psicanálise surgiu a partir da valorização da fala do sujeito, do trabalho em transferência a partir de sua história, das narrativas que pode construir.

Sabemos que nem todas as histórias são amplamente narradas e conhecidas. Na construção dos saberes academicamente validados no Ocidente, elas tiveram um estereótipo de narrador que deteve o poder de decidir quais delas importam, a saber, o homem cisgênero e heterossexual, branco, europeu e burguês. Djamilla Ribeiro (2017) aponta que, com isso, a voz desse sujeito foi a que mais teve lugar nas correntes dominantes do pensamento, a mais autorizada a falar, silenciando ativamente outras vozes, o que caracteriza um privilégio epistêmico. Entende-se, portanto, que os saberes construídos por homens atravessados por esses marcadores sociais encontraram lugar privilegiado para pensar a cultura e o conhecimento em geral, imprimindo um pensamento hegemônico que foi naturalizado a ponto de tornar-se pretensamente universal na episteme ocidental.

Nessa esteira, o próprio homem branco europeu foi tomado pela cultura ocidental como o sujeito universal, produzindo colonizações epistemológicas sobre outros sujeitos e culturas. Ou seja, por centenas de anos adotamos, não sem resistência, histórias importadas dentro dos saberes acadêmicos, as mesmas que foram culturalmente impostas amplamente no contexto ocidental. Há algum tempo, estudos decoloniais² contestam que esse sujeito pretensamente

² Diversos autores e autoras produziram e ainda produzem trabalhos nessa via em diálogo com a psicanálise, como Frantz Fanon (1952/2008), Lélia Gonzalez (1988), Grada Kilomba (2019) e Thamy Ayouch (2019).

universal é, na verdade, absolutamente territorializado e atravessado pelas diversas contingências de seu contexto histórico, cultural, geográfico. Por conseguinte, o saber que produziu como universal não pode servir como paradigma para qualquer contexto.

No campo da diferença sexual e da feminilidade, as narrativas não foram sempre as mesmas, embora algumas tenham sido dominantes. O historiador Thomas Laqueur (2001) constata que há uma prolixidade de discursos sobre a mulher e a feminilidade derivada da concepção de diferença sexual radical adotada a partir, principalmente, do século XVIII. Antes disso, desde a Antiguidade, o pensamento hegemônico adotava um paradigma de sexo único, no qual os diferentes corpos eram pensados dentro de um mesmo espectro. Ele variava do polo mais perfeito e mais ligado ao divino - o homem - ao mais imperfeito - a mulher. Contudo, os órgãos e os fluidos corporais eram pensados como correlatos, por exemplo: a vagina era vista como um pênis invertido, o leite como análogo ao sêmen, os ovários como testículos internos. O autor ressalta até mesmo a inexistência de termos diferenciados na linguagem para nomear esses órgãos, referenciados com os mesmos nomes. Dessa maneira, a diferença sexual não era vista como radical e localizada na anatomia ou na natureza biológica, nem argumentada a partir do discurso científico. Era tida como fluida e transitória, relacionada a questões metafísicas como o calor vital que agitava os corpos e até com intervenções de seres mitológicos e divinos.

A partir de diversos fatores sociais, políticos e epistêmicos, por volta do século XVIII passou-se a conceber o corpo através da diferença sexual, de um dimorfismo biológico que separava radicalmente homem e mulher. Laqueur (2001) compreende que essa mudança não provém exclusivamente de um avanço no conhecimento científico, mas de complexos movimentos epistemológicos e políticos. Pontua que a reinterpretção dos corpos a partir do paradigma de dois sexos não pode ser atribuída por algum fator contingente por si só, mas por uma trama relacional atravessada por disputas de saber-poder que gera mudanças discursivas:

A ascensão da religião evangélica, a teoria política do Iluminismo, o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos no século XVIII, as ideias de Locke de casamento como um contrato, as possibilidades cataclísmicas de mudança social elaboradas pela Revolução Francesa, o conservadorismo pós-revolucionário, o feminismo pós-revolucionário, o sistema de fábricas com sua reestruturação da divisão sexual do trabalho, o surgimento de uma organização de livre mercado de serviços ou produtos, o nascimento das classes, separadamente ou em conjunto - nada disso *causou* a construção de um novo corpo sexuado. A reconstrução do corpo foi por si só intrínseca a cada um desses desenvolvimentos (p. 23).

Embora antes disso já existissem diversos discursos sobre as diferenças entre homens e mulheres, a partir do advento da diferença radical e binária, localizada sobretudo na anatomia, o sistema sexo/gênero tornou-se um organizador cultural central. Utiliza-se, aqui, o conceito de sistema sexo/gênero a partir da leitura de Gayle Rubin (1975/1993):

[...] o que se considera sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente. Toda sociedade conta ainda com um sistema de sexo/gênero: um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão bizarras algumas dessas convenções podem parecer (p. 5).

Tomando que o próprio conceito de gênero foi criado em uma trama binária a partir de pré-concepções sobre o sexo enquanto anatomia, torna-se difícil uma dissociação entre as noções de sexo e gênero construídas culturalmente. Por essa via de pensamento, o gênero tem surgimento desde uma noção calcada em uma determinada leitura da diferença sexual enquanto fato biológico. Os discursos sobre o corpo não recaem sobre ele apenas como uma impressão sobre algo já dado, mas moldam esse corpo e imbricam-se nessa materialidade. Como afirma Laqueur (2001):

[...] quase tudo que se queira dizer sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. (p. 23)

Sendo assim, uma visão que associa sexo ao que é dado pela anatomia e gênero enquanto aquilo construído culturalmente não interessa aos propósitos desta discussão, pois reitera uma oposição binária natureza/cultura, e mesmo o sexo constitui-se enquanto produção discursiva sobre o corpo. O corpo sexuado e organizado a partir de zonas erógenas hierárquicas, centradas na genitalidade, e divididos categoricamente entre homem e mulher é, por si só, “um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados” (Preciado, 2014, p.26).

Em suma, o gênero, enquanto categoria criada a partir da noção biológica de diferença sexual, traz marcas dessas construções sobre o sexo e o corpo sexuado, não sendo possível tomá-lo isoladamente. Isso coloca em relevo a vantagem de pensar o sistema sexo/gênero enquanto uma complexificação das discussões sobre gênero, o que encontra ecos em autores contemporâneos. As palavras do psicanalista Ayouch (2015) aportam uma síntese elucidativa acerca do que se pode entender como sistema sexo/gênero, ao discorrer sobre a diferença binária dos sexos:

Cabe recordar que essa diferença, antes de ser qualquer evidência natural, é uma produção do sistema sexo/gênero, que constrói duas categorias como biológica e ontologicamente anteriores ao espaço discursivo e cultural que as produz. Porém, como aponta Judith Butler, não existe nenhuma natureza ontológica, não há nenhuma diferença anatômica entre os sexos, que não seja sempre já incluída numa instituição cultural do gênero, construída socialmente e definida historicamente. O gênero precede, fabrica e define os sexos de um modo performativo: ser mulher ou ser homem consiste em retomar gestos, atos, discursos, desejos, atitudes, e repeti-los, criando assim, pela reiteração, a ilusão de um modelo anterior à repetição. Essa performatividade do gênero não é, porém, uma escolha deliberada: é uma interpelação social, uma atribuição normativa, uma prescrição coletiva (p. 26-27).

A diferença sexual como eixo importante da hierarquização dos corpos - assim como a raça/cor - tornou-se, então, uma noção a partir da qual todos os âmbitos da cultura poderiam ser pensados. Como sujeito da produção do conhecimento, foi o homem branco europeu quem narrou a história dessa diferença, que ficou localizada na mulher, já que o homem foi tomado como este padrão não nomeado para o saber ocidental:

Só a mulher parece ter “gênero”, pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem. “Como alguém pode ser inimigo da mulher, sem saber o que ela é?” como dizia Paracelso, o médico da Renascença; isso nunca poderia ser dito do homem pois o “alguém” é masculino (Laqueur, 2001, p.32).

A diferença sexual torna-se, assim, um grande organizador das relações sociais, bem como outros marcadores de diferenças binárias opostas, como branco/não-branco,

rico/pobre, saudável/doente, etc., de acordo com uma hierarquização valorativa calcada no biopoder (Foucault, 1976/2018). Nesse contexto, a categorização dos corpos toma lugar central na produção de conhecimento, marcadamente na psiquiatria, produzindo subjetividades a partir de categorias valorativas atravessadas por concepções morais. Na hierarquização da diferença sexual binária a partir do par homem/mulher, a diferença esteve colocada do lado da mulher, sendo o sujeito universal tomado como “masculino”. Nessa lógica, a hierarquia valorativa determinou a mulher como inferior, assim como as subjetividades identificadas como diferentes, outras, em relação ao padrão do sujeito universal. Dessa maneira, como propõe Laqueur (2001), só teria gênero a mulher; analogamente, só teria raça o negro ou o não-branco, como apontado por estudiosos das relações raciais e da colonialidade como Fanon (1952/2008), Gonzalez (1988) e Kilomba (2019). As duas autoras mencionadas sublinham, além disso, que mesmo dentro das histórias do feminismo esse movimento ocorre.

Apesar de que algumas correntes do feminismo socialista tenham relacionado a diferença homem/mulher e a opressão das mulheres com a luta de classes, autoras como Gayle Rubin (1975/1993), Lélia Gonzalez (1988) e Donna Haraway (1991) produziram importantes críticas nesse sentido. Rubin (1975/1993) aponta que essa concepção parece crer que a opressão das mulheres é derivada apenas do capitalismo e da desigualdade na divisão sexual do trabalho. A partir da articulação de leituras de Levi-Strauss e Freud, a autora enfatiza que, apesar de o capitalismo ter se apropriado da troca de mulheres dentro de seu próprio sistema, esta coloca-se para além de um funcionamento econômico de determinada sociedade: trata-se de um organizador dos laços sociais entre os homens baseado na opressão das mulheres.

Nessa esteira, Gonzalez (1988) sublinha a importância de pensar um feminismo afrolatinoamericano, destacando a pluralidade das experiências que atravessam a América Latina e a restrição provocada por uma leitura única da opressão das mulheres, sem considerar atravessamentos raciais e coloniais: “Tentar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articulá-lo com o correspondente ao nível racial, é recair sobre um tipo de racionalismo universal e abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.” (p. 310).

A partir de um olhar pós-estruturalista, Haraway (1991) oferece outra crítica às articulações entre opressão das mulheres e capitalismo: ao colocar o trabalho e o capital como centro da discussão, o feminismo socialista se basearia em uma noção identitária de mulher muito restrita e excludente. Os atravessamentos do colonialismo e das relações raciais ficariam de fora. Toda a tentativa, portanto, de criar uma identidade de “mulher”, excluiria muitas mulheres. Essa discussão já fora levantada muito antes, embora de outra maneira, no famoso discurso *E não sou uma mulher?*, de Sojourner Truth, proferido em 1851 na Convenção dos

Direitos da Mulher em Ohio, onde apontou os limites de uma noção universal do que seria uma mulher - notadamente essa noção tratava de mulheres brancas e burguesas - ao refletir sobre suas experiências enquanto mulher negra (Ribeiro, 2017).

A partir dessas críticas, podemos pensar que a diferença sexual enquanto organizador social, ainda que arraigada no capitalismo, merece atenção por si só. O diferente da diferença sexual, nesse sentido, foi a mulher pensada enquanto outro, já que não poderia ocupar o lugar de sujeito da criação do pensamento, apesar de ser tomada enquanto objeto desse pensamento. Na esteira da discussão anterior, Grada Kilomba (2019) ressalta que, se a mulher foi pensada enquanto outro, à mulher negra foi reservado o lugar de outro do outro, pois a mulher narrada pelo saber ocidental (e pelo feminismo, enquanto parte dele) é a mulher branca europeia e burguesa. Sendo assim, no contexto da história importada sobre a mulher no âmbito acadêmico, podemos perceber que o sujeito que a narra é um homem branco europeu referenciado pela cisheteronorma e o objeto da narrativa é a mulher branca europeia também atravessada por essa normatividade de gênero. Portanto, torna-se fundamental um olhar interseccional para trabalhar com o sistema sexo/gênero, pois como sublinha Kilomba (2019), “raça” e “gênero” são construções categóricas que interagem e estão sempre entrelaçados.

As categorias identitárias de “homem” e “mulher”, ademais, são permeadas pela noção de diferença sexual anatômica, que carrega os preceitos da cisheteronormatividade que o funda. Preciado (2014) refere-se a esse processo de produção da diferença sexual como uma operação tecnológica que privilegia determinadas partes do corpo como zonas erógenas que fazem referência à distribuição assimétrica e generificada de poder; sendo assim, certas partes isoladas do corpo são destacadas como significantes sexuais. Assim como a categoria de mulher historicamente utilizada de forma hegemônica pelo feminismo refere-se a uma ilusão identitária excludente, o mesmo ocorre com a categoria de homem.

Embora a diferença sexual tenha sido, em determinado momento histórico, construída por esse sujeito específico da construção de conhecimento, importa-nos muito mais a lógica que atravessa essa noção e a funda, e que reverbera na construção de conhecimento até hoje. Ou seja, por mais que exista a concretude do fato de que a produção de conhecimento foi historicamente realizada por homens, não basta que mulheres estejam produzindo conhecimento para que as bases epistemológicas que daí derivam sejam abandonadas - muito embora isso já produza efeitos de deslocamento por si só, como veremos.

O cenário da prolixidade de discursos sobre a diferença sexual e, conseqüentemente, sobre mulheres foi também o berço no qual a psicanálise foi fundada. A trajetória que levou Freud à psicanálise passou pelo contato direto com Charcot e as pacientes históricas da

Salpêtrière, em sua grande maioria mulheres (Didi-Huberman, 2015). No século XIX, a etiologia da histeria era uma discussão importante na Psiquiatria. Havia, ainda, correntes teóricas que consideravam as manifestações da histeria como efeitos dos deslocamentos do útero pelo corpo ou como afecções provocadas por desequilíbrios menstruais - o próprio termo histeria deriva do grego *hystera* (útero).

Sob essa perspectiva, a histeria era vista como uma patologia de mulheres, tendo em vista que a diferença sexual baseada na diferença anatômica tende a associar em continuidade útero/vagina-mulher-feminilidade. Por outro lado, uma nova tendência de pensamento alocava a histeria no espectro das doenças dos nervos, isto é, sem a especificidade da causalidade vinculada ao útero, a histeria poderia também afetar homens. Por que, então, a maioria das pessoas assim diagnosticadas eram mulheres?

Charcot teve um papel importante na formulação da histeria enquanto categoria diagnóstica. Em análise detalhada, Didi-Huberman (2015) demonstra os esforços de Charcot em construir um quadro, uma estética da histeria, através da *Iconografia fotográfica da Salpêtrière*, que consiste em uma série de fotografias que pretendiam representar as afecções, patologias, crises e sintomas das pacientes ali internadas, a partir das lentes do olhar médico.

Nesse momento a histeria começava a ser tomada enquanto afecção específica, desvinculada da epilepsia e outros transtornos. Assim, do mar de “mulheres devassas”, “convulsionárias”, “anormais”, “criminosas”, “portadoras de doenças venéreas”, “indigentes, vadias, mendigas”, “mulheres caducas”, “velhas fiandeiras”, “epilépticas”, “mulheres na infância”, “inocentes aleijadas e disformes”, “moças incorrigíveis”, “loucas”, “dementes”, “mulheres infernais”, “alienadas”³, lapidou-se a histeria (Didi-Huberman, 2015).

Em seu intenso cotidiano com as afecções atribuídas à histeria, Charcot começou a realizar demonstrações para aprendizes, utilizando o corpo das pacientes. A dimensão teatral dessa situação aponta para a dramaticidade estética da histeria, com suas convulsões, paralisias e caretas; contudo, aponta também para a voracidade do olhar médico sobre o corpo dessas mulheres internadas, torturadas e experimentadas como brinquedos (Didi-Huberman, 2015). Através da fotografia, esses corpos foram evidenciados, enquanto o olhar do observador foi tirado de cena. As fotografias pertencentes à *Iconografia* evidenciam os corpos das mulheres internadas em suas poses de ataque, grito, delírio, estado normal, etc. O que fica excluído da cena, nesse caso, é o olhar do médico que fotografa, guia as poses e aplica as técnicas de

³ Palavras com as quais se referiam às mulheres internadas na Salpêtrière, conforme explicitado por Didi-Huberman (2015) ao longo do capítulo *Saberes clínicos*.

fotografar históricas existentes em manuais da época (Didi-Huberman, 2015). Pode-se pensar que essas imagens dizem, portanto, da objetificação dos corpos dessas mulheres enquanto campo para a construção de saberes, enquanto o sujeito de sua construção sobre eles se abstém de aparecer na cena, visando a uma objetividade técnica na demonstração do quadro clínico. Dessa forma, há a tentativa de sustentação de um sujeito neutro, não implicado no jogo de olhares e desejos que perpassa a cena.

Rita Segato (2006), em *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*, relata movimento análogo em fotografias brasileiras do século XIX, onde a imagem excluída da cena era a das amas-de-leite negras que seguravam bebês brancos para as fotografias. A autora entende a forclusão da figura da mãe preta na cultura brasileira como sintomática da modernidade colonial no Brasil, que se atualiza hoje em relação à figura da babá e da empregada doméstica. Na mesma via, Gonzalez (1984) já havia analisado o lugar da mãe preta, da doméstica e da mucama no imaginário brasileiro, trazendo o racismo, articulado com o sexismo, como sintoma do que chamou de neurose cultural brasileira. A autora aponta que a insistência em esquecer a mulher negra, em escondê-la e negá-la, e por outro lado de exibi-la quase como um ser folclórico em festividades como o carnaval, em um movimento de dupla objetificação, mostra-se como sintomático do racismo que funda a cultura brasileira e ao mesmo tempo é negado.

Podemos situar aí a diferença entre os dois apagamentos de imagens: no caso das mulheres negras brasileiras, há a tentativa do total apagamento de sua existência histórica pelos ideais higienistas e coloniais importados da cultura europeia no Brasil, buscando a negação da raça, através do mito da democracia racial, como sintoma da neurose cultural brasileira proposta por Gonzalez (1984). No caso da Iconografia da Salpêtrière, o que é excluído é o autor das fotografias, sua vontade de saber e a implicação de seu desejo no olhar sobre os corpos daquelas mulheres, na tentativa de afirmar a neutralidade do saber médico (Didi-Huberman, 2015), o que pode ser pensado como sintomático do esforço por negar os atravessamentos subjetivos do pretense sujeito universal da produção do conhecimento.

Foucault (1976/2018) coloca a histerização do corpo da mulher como um dos grandes dispositivos de saber-poder que atravessam a noção de sexo a partir do século XVIII. Esse processo trata do corpo da mulher como saturado de sexualidade e por si só patológico, e portanto tomado como objeto de análise. Com Freud, a objetificação da mulher encontrou uma torção, a partir da escuta das narrativas das pacientes. Mas, como destaca Didi-Huberman (2015):

[...] foi preciso Freud passar pelo grande teatro da histeria, na Salpêtrière, antes de se entregar à escuta e de inventar a psicanálise. Houve necessidade do espetáculo e de sua dor, e de primeiro *encher os olhos* com eles. [...] Encher os olhos de quê? Esta é toda a minha pergunta. De corpos de mulheres, em todos os seus estados. [...] Ocorre que a *Iconografia fotográfica da Salpêtrière*, entre 1875 e 1880, não nos dá um único retrato de homem. Os homens só entraram na Salpêtrière, na condição de doentes, a partir de 21 de junho de 1881, data de inauguração da chamada “consulta externa”. Mas foi preciso esperar até 1888 para poder contemplar os traços fotografados de um homem histérico (p. 115-118).

Com isso, o autor destaca que, mesmo que Freud tenha se afastado de muitas das concepções da medicina da época, a pré-história da psicanálise carrega consigo essa trajetória pela Salpêtrière. Foi em meio às intensas discussões e produções científicas sobre a diferença sexual - localizada patologicamente no corpo da mulher - que a psicanálise teve seu surgimento. E quais podem ser os efeitos constitutivos desse berço cultural para a produção teórico-clínica que daí adveio?

Freud (1895/2016) não demorou a perceber as limitações da hipnoterapia enquanto método no tratamento da histeria. Como comentado, a partir da contribuição de Bertha Pappenheim, a associação livre tomou lugar enquanto técnica fundamental da psicanálise. Enquanto isso, mudanças teóricas também tiveram lugar: a partir de sua experiência clínica, Freud começou a articular a etiologia sexual das neuroses, ampliando a noção de sexualidade da época, como fez ao afirmar a sexualidade infantil (Freud, 1905/1977). A ideia de uma bissexualidade inata, que hoje poderíamos ler como uma pulsão sem objeto e finalidade *a priori*, tem sido muito importante para pensar o caráter não inato da heterossexualidade, até então tomada como natural, pelo menos desde o advento da diferença sexual ou, como postula Laqueur (2001), do mundo de dois sexos. Da mesma forma, a concepção de uma sexualidade inicialmente perverso-polimorfa (Freud, 1905/1977), ou seja, destituída de contornos, localidades corporais e objetivos pré-concebidos, trouxe um avanço inovador para a época e ainda é motor para discussões no campo dos estudos de gênero. Freud, entretanto, é um autor paradoxal; se por um lado mostra-se à frente de seu tempo no que tange à diferença sexual, por outro foi também um homem de seu tempo.

Por mais que as mulheres, em seu divã, tomassem a palavra, inicialmente foram ele e outros colegas homens que teorizaram sobre ela. Utilizando o conceito lacaniano de alienação, Gonzalez (1988) aponta que os saberes ocidentais tomaram mulheres e não brancos como

infantis: “Da mesma forma, nós mulheres e não brancos, fomos falados, definidos e classificados por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza.” (p. 310). De acordo com a etimologia do termo, *infans* é aquele que não fala, que ainda não pode falar por si, em primeira pessoa. Portanto, é falado por aqueles que podem ocupar o lugar de produção de discursos sobre si e sobre os outros. Assim, a autora afirma que a colonização do saber colocou mulheres e não brancos na condição de alienados⁴ ao discurso eurocêntrico, branco e masculinizante: “temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) [...]” (Gonzalez, 1984, p. 225).

1.2. Histórias importam: retomando produções de mulheres na psicanálise

Aos poucos, algumas mulheres começaram a integrar-se ao meio psicanalítico não apenas como pacientes. Em 1910, Margarete Hilferding foi a primeira psicanalista mulher a compor as reuniões de quartas-feiras instauradas por Freud desde 1902. Em 1911 apresentou uma conferência intitulada *As bases do amor materno*, que questionava o caráter inato do amor da mãe por seu filho/filha e buscava refletir a forma como esse amor era desenvolvido a partir do contato com o bebê (Hilferding, 1911/1991). A ata da conferência traz a fala da conferencista que, ao final, afirma não ter sido bem compreendida no ponto que buscou fazer em sua apresentação.

A tese de Sabina Spielrein, *A destruição como origem do devir* (Spielrein, 1911/2014), de 1911, aborda a indissociabilidade paradoxal da destruição e da criação, discorrendo sobre uma pulsão que nos impulsiona à dissolução do Eu, antecipando grandemente o conceito de pulsão de morte. Freud, inclusive, leu sua tese e a citou em nota de rodapé, brevemente, em *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/1977). Sua contribuição teórica foi apagada por muito tempo da história da psicanálise e só recentemente tem sido resgatada⁵. Infelizmente, grande parte dos psicanalistas ainda desconhecem sua obra, e ela é mais comumente relatada como amante de Jung e como uma peça importante para a ruptura entre ele e Freud.

Rosa & Weinmann (2020) constatarem que as pioneiras da psicanálise da década de 1910, que compunham a primeira geração de mulheres analistas, são menos conhecidas e têm suas obras menos preservadas do que suas sucessoras. É nas décadas de 1920 e 1930 que Karen

⁴ Há a necessidade da ressalva de que homens brancos e europeus também foram alienados a esse discurso, porém desde outro lugar, como apontou Fanon (1952/2008).

⁵ No Brasil, Renata Cromberg tem feito o trabalho de resgate e tradução da sua obra (Cromberg, 2014).

Horney produz suas obras mais relevantes, depois desse caminho aberto pelas psicanalistas anteriores. Como a autora é o foco desta dissertação, deixo para falar mais de sua obra adiante.

Cabe lembrar que, nesse início, tratam-se de mulheres brancas europeias, que foram as primeiras a ter acesso à psicanálise no lugar de analistas. Os nomes citados referem-se a autoras com as quais tenho mais familiaridade, mas não esgotam, certamente, a lista de mulheres pioneiras na psicanálise. Outras autoras como Emma Eckstein, Lou Andreas-Salomé, Jeanne Lampl-de-Groot e Joan Rivière, por exemplo, também foram importantes para a produção psicanalítica e para a história da psicanálise, e são pouco conhecidas em suas contribuições (Rosa & Weinmann, 2020; Silva & Santo, 2015)⁶.

No Brasil, também tivemos pioneiras da psicanálise, embora um pouco mais tardias, obviamente, que as europeias, por questões até mesmo geográficas. Cabe ressaltar que, se na Europa as pioneiras da psicanálise eram todas brancas, no Brasil temos uma expressiva contribuição de mulheres negras. Virginia Bicudo, por exemplo, é considerada a primeira psicanalista mulher do Brasil e foi a primeira psicanalista não-médica no país. Produziu, em 1945, uma dissertação chamada *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, onde utilizou entrevistas com o objetivo de melhor compreender as atitudes dessas pessoas em relação às questões referentes à raça (Bicudo, 1945/2010). Só muito recentemente vem sendo lembrada como pioneira dos estudos das relações raciais e da psicanálise, e tem sido discutido o embranquecimento de suas fotografias como forma de negação da raça nos circuitos psicanalíticos⁷ (Maio, 2010).

A partir dessa breve exposição de apenas alguns nomes de psicanalistas pioneiras, é possível refletir que, mesmo quando as mulheres passaram a ocupar um lugar de produção do conhecimento na psicanálise, nem sempre isso significou que tivessem reconhecimento por seus pares e que suas vozes fossem escutadas amplamente, ainda mais se analisarmos os atravessamentos de raça. Nesse sentido, a diversidade de narrativas e produções teóricas no meio psicanalítico, desde seu início, nem sempre foi evidenciada. Bevidas (1999), ao tratar da pesquisa em psicanálise, mais especificamente a de inspiração freudolacanianiana, aponta para um excesso transferencial à medida que os textos de Freud e Lacan são colocados em um lugar de verdade, o que pode tornar as pesquisas submissas ao argumento de autoridade do autor.

⁶ O propósito deste trabalho não é se aprofundar na obra de todas as pioneiras; a menção às autoras citadas vem a pretexto de exemplificação, pois tenho contato maior com suas obras. Para maior conhecimento das obras das pioneiras, em geral, sugere-se principalmente a leitura dos originais das autoras, além de referências como Rosa & Weinmann (2020), Silva & Santo (2015), Cromberg (2014), Sayers (1992), Alexander et al. (1966).

⁷ Lembremos a discussão anterior sobre a sintomática expressa nas imagens fotográficas através de Didi-Huberman (2015), Segato (2006) e Gonzalez (1984).

Dessa maneira, as propostas freudianas e as posteriores elaborações lacanianas assumem o lugar de referências essenciais, com as quais os caminhos e descaminhos de uma pesquisa devem estar de acordo. Esse apontamento provoca a reflexão sobre a cristalização de alguns discursos na psicanálise, o que pode acarretar no fechamento a outras possibilidades narrativas.

Em relação ao tema da presente pesquisa, isto é, diferença sexual e feminilidade (enquanto *locus* da diferença), a narrativa mais difundida nos meios freudolacanianos no Brasil referencia-se em Freud e Lacan. Se tomarmos apenas algumas produções dos últimos anos (Ambra & Silva, 2014; Assuar, Nunes e Silva Jr., 2019; Mariotto, 2018; Martins & Silveira, 2020), notamos a insistência na reprodução de noções desses autores, seja para conciliá-las com conceitos tensionados pelos estudos de gênero, feministas e *queer*, seja para colocá-las em oposição a esses.

Cavalheiro (2019) empreendeu uma extensa revisão das produções psicanalíticas que dialogavam com estudos de gênero e *queer*, no intuito de investigar como as discussões sobre esses campos apareciam na psicanálise brasileira de 2010 a 2018, período no qual o autor identifica um crescimento exponencial nas publicações com essas temáticas. Foram consultados também alguns livros publicados nessa mesma linha no período indicado. O autor constata que a maioria dos resultados encontrados referem-se a estudos de orientação freudolacianiana, além da marcada interlocução com um texto específico de uma autora para os debates entre psicanálise e gênero. Trata-se do livro *Problemas de gênero*, de 1990, de autoria de Judith Butler.

A partir dos achados mencionados acima, podemos situar que a pesquisa psicanalítica brasileira nesse campo reproduz uma narrativa majoritariamente freudolacianiana, nos embates e conciliações com os estudos de gênero, representados primariamente por Butler. Mais uma vez, repara-se na preferência por algumas narrativas teóricas em detrimento da evidência das pluralidades narrativas nesse terreno. Nesse caso, torna-se importante resgatar algumas histórias, não apenas porque elas importam para a produção de furos nas discursividades mais cristalizadas nos entrecruzamentos entre gênero e psicanálise, mas também porque podem aportar contribuições para essas discussões no Brasil hoje. Se histórias importam e, como sublinha Chimamanda (2019), importa também que sejam múltiplas, cabe conhecermos as que não são tão difundidas, para que possamos ressignificar os debates atuais.

É nesse contexto que o estudo sobre a diferença sexual e, por conseguinte, sobre a feminilidade na obra de Karen Horney é relevante. Nas décadas de 1920 e 1930, a autora teve extensa produção sobre esses temas, em diálogo com os demais autores e autoras da psicanálise da época, bem como com autores de outras áreas de conhecimento, como sociologia,

antropologia e filosofia. Seus textos provocaram discussões intensas no âmbito psicanalítico à época, sendo lida e citada por Freud, Abraham, Deutsch, Rado, entre outros/as⁸.

Apesar da “explosão” de produções sobre gênero e psicanálise parecer atual, mesmo antes do conceito de gênero ser incorporado conceitualmente no campo científico⁹, constatamos no período mencionado uma discussão ampla e acentuada no círculo psicanalítico envolvendo temáticas como diferença sexual, feminilidade, sexualidade feminina, homossexualidade, masculinidade e feminilidade, entre outras. Nesse momento, os estudos de gênero e *queer* ainda estavam por surgir, mas os movimentos feministas já traziam reivindicações e mudanças sociais no contexto europeu, o que não deixou de atravessar a psicanálise, em construção nesse meio cultural. Karen Horney foi a principal representante, nessa época, de uma psicanálise que poderia entrar em diálogo - e não apenas em oposição - com as discussões insurgentes a partir desse atravessamento.

Desse modo, o objetivo da presente dissertação de mestrado foi investigar como as discussões sobre diferença sexual e feminilidade aparecem na obra de Karen Horney, com o intuito de resgatar suas contribuições e relacioná-las a questões importantes sobre essa temática hoje. Cabe ressaltar que aqui tratamos de diferença sexual e feminilidade especificamente, pois na obra da autora não há menção ao conceito de gênero, criado apenas posteriormente. Contudo, esses conceitos se enlaçam e são fundamentais para pensar as discussões sobre psicanálise e gênero hoje.

1.3. Breve introdução sobre a vida e obra de Karen Horney

Com fins de trabalhar contribuições de Karen Horney sobre diferença sexual e feminilidade para a Psicanálise, torna-se relevante apresentar brevemente a autora e os principais aspectos de sua obra. Apenas adentrar as discussões teóricas e conceituais a partir de seus textos sem contextualizar sua produção seria superficial sob diversos ângulos, pois entendemos, a partir de Haraway (1995), que estes se tornam ainda mais potentes à medida que podemos situá-los, localizá-los. Por esse motivo, devemos compreender o terreno histórico e cultural da produção psicanalítica na época e local nos quais Karen Horney estava escrevendo seus textos, para assim articularmos suas contribuições com outras/os autoras/es com as/os quais dialogava e entendermos de qual lugar partia em sua escrita.

⁸ Karl Abraham (1877-1925), psicanalista alemão; Helene Deutsch (1884-1982), psicanalista alemã; Sandor Rado (1890-1972), psicanalista húngaro.

⁹ O que ocorreu apenas na década de 1950, através do psicólogo neozelandês John Money. A inserção desse conceito no âmbito psicanalítico, por sua vez, é atribuída ao psicanalista estadunidense Robert Stoller, na década de 1960.

Além disso, ao contrário de alguns de seus colegas, Horney não é tão amplamente conhecida no Brasil. Dificilmente entra-se em contato com sua obra nas universidades e mesmo em instituições psicanalíticas. Se, por exemplo, falarmos de Freud em uma dissertação de mestrado em psicanálise, não precisamos de introduções biográficas mais extensas, pois está implícito que as/os leitoras/es sabem, minimamente, de quem estamos falando e do contexto da produção freudiana. Por outro lado, não pode-se tomar por dado que, ao falarmos de Karen Horney, ocorrerá o mesmo - talvez seja mais esperado, ao contrário, o desconhecimento sobre a autora e sua obra. Portanto, faz-se necessária uma apresentação.

Karen Horney nasceu em setembro de 1885, nas imediações de Hamburgo, na Alemanha. Ainda adolescente, conforme consta em seus diários (Horney, 1980), decidiu seguir a carreira de médica, a contragosto de seu pai, narrado como disciplinador e rígido, que preferia que ela se ocupasse dos afazeres domésticos. Em 1906, ingressou na Universidade de Freiburg, uma das poucas de sua época a aceitar mulheres no curso de medicina (Eckardt, 2005; Sayers, 1992). Ela seguiu seus estudos em Göttingen e depois na Universidade de Berlim, optando por continuar sua formação em psiquiatria e psicanálise, e em 1909 começou uma análise pessoal com o psicanalista Karl Abraham, outro pioneiro da Psicanálise na Alemanha, com quem mais tarde veio a dialogar em suas produções enquanto colega. Mais tarde, analisou-se também com o analista húngaro Hanns Sachs. Em 1911, começou a frequentar as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Berlim, onde atendeu pacientes e apresentou trabalhos e palestras, e em 1913 formou-se médica psiquiatra. Neste meio tempo, casou-se e, entre 1911 e 1916, teve três filhas mulheres.

Mais tarde, em 1920, foi a primeira mulher a se tornar membro do Instituto Psicanalítico de Berlim, que ficou historicamente conhecido por sua policlínica que oferecia atendimentos gratuitos em psicanálise, em um esforço de ampliação do campo de ação da clínica psicanalítica. Horney lá se ocupava tanto da transmissão da psicanálise quanto de atendimentos.

Nas décadas de 1920 e 1930, Karen Horney começou a publicar uma série de textos sobre feminilidade e sexualidade feminina, gradualmente intensificando em sua obra a presença de críticas a atravessamentos patriarcais na teorização psicanalítica, sendo a primeira autora no interior da psicanálise a fundamentar e sustentar tais críticas de maneira extensiva. Nessa época, as produções sobre essas temáticas se alargaram na psicanálise na Europa, o que foi atribuído pelo próprio Freud à inserção de analistas mulheres nos círculos psicanalíticos (Freud, 1933/1977). Malgrado esse tenha sido um importante momento para os enlaces entre psicanálise e feminismo, muitas das contribuições de psicanalistas dessa época, em especial as

mulheres, foram esquecidas (Rosa & Weinmann, 2020). Temos, assim, a falsa noção de que a teorização freudiana sobre feminilidade era amplamente aceita inicialmente e teria sido criticada apenas posteriormente, por feministas na década de 1970 e 80, após as leituras lacanianas de Freud. Institui-se, dessa maneira, a crença de que à época de Freud não era possível uma produção diferente sobre diferença sexual e feminilidade, e que as limitações nesse sentido na obra freudiana são reflexo de seu tempo. Ao lançarmos um olhar mais próximo sobre as produções daquele período, contudo, percebemos a efervescente discussão que o assunto provocava, as divergências entre autores e autoras e a multiplicidade de abordagens presentes já naquela ocasião.

Freud foi um dos grandes envolvidos na instauração da centralidade das discussões sobre diferença sexual e feminilidade nesse período inicial. Muitas de suas conceituações sobre essas temáticas já se encontravam em publicações anteriores, mas no início da década de 1920 foram publicados alguns textos seus com enfoque específico na questão da diferença sexual, como *Organização genital infantil* (Freud, 1923/1976) e *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (Freud, 1925/1977). No primeiro, Freud afirma assumir a perspectiva do menino em suas teorizações sobre o desenvolvimento psicosssexual até aquele momento, e é nele que postula o conceito de primazia do falo, sugerindo que, na infância, apenas um órgão genital está psiquicamente em consideração, o pênis. Sendo assim, para ele, a vagina só teria um lugar psíquico a partir da puberdade. No segundo texto, o autor, pela primeira vez, busca pensar as especificidades do desenvolvimento psicosssexual da menina sem tomar apenas a perspectiva do menino, como ele próprio afirmou fazer anteriormente. Nele, Freud sugere que os efeitos da percepção da diferença anatômica pelas meninas incluiriam uma profunda ferida narcísica na comparação com o menino, abandono da masturbação clitoriana e a inveja do pênis.

Importa situar essas produções, mesmo que muito brevemente, pois algumas das conceitualizações ali presentes constituem o ponto de partida para críticas produzidas por Horney logo em seguida, como no texto *A fuga da feminilidade*, de 1926. Esse texto começa, justamente, resumindo algumas das conceituações freudianas sobre feminilidade até aquele momento e, partindo delas, a autora constrói questionamentos que se desdobram em uma leitura crítica e novas proposições.

Mais tarde, na década de 1930, Freud tem algumas produções especificamente voltadas à feminilidade, como *Sexualidade feminina*, de 1931, e a conferência XXXIII das *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, intitulada *Feminilidade*, de 1933. Essas produções já abarcam diálogos com psicanalistas mulheres, como as novas elucubrações sobre

a relação pré-edipiana da menina com sua mãe, impulsionada por autoras como Ruth Brunswick, Jeanne Lampl-de-Groot e Helene Deutsch, conforme mencionado pelo próprio Freud (1933/2006).

Ao mesmo tempo, na década de 1930, Horney se autoriza cada vez mais nas produções sobre feminilidade a partir de um ponto de vista próprio, rompendo com várias noções freudianas e integrando mais discussões sobre o papel da cultura no psiquismo, principalmente após sua ida aos Estados Unidos em 1932. Talvez a própria ruptura com o círculo freudiano e, como ela mesma menciona, o contato com culturas diversas da europeia (Horney, 1939/1966), tenham contribuído para sua produção se tornar mais intelectualmente independente. Sabemos que as alianças e rupturas com Freud, naquele período, instauravam ambientes institucionais e políticos que influenciavam até mesmo na forma como alguns autores e autoras eram recebidos nos círculos psicanalíticos (Cromberg, 2014). Conhecemos, também, pela história da ruptura de Freud e Jung, que a figura proeminente do fundador do campo muitas vezes cancelava o que poderia ou não fazer parte da psicanálise. Assim, para alguns psicanalistas, o afastamento ou até mesmo a ruptura com o dogma freudiano tornava-se a alternativa para a possibilidade de um trabalho criativo sem tantas amarras políticas e institucionais com a figura de Freud.

Outras autoras importantes para a discussão sobre feminilidade nesse momento foram, por exemplo, Lou Andreas-Salomé, Joan Rivière e Melanie Klein (Rosa & Weinmann, 2020). Cabe salientar, porém, que elas não compartilhavam, necessariamente, de uma mesma abordagem em relação ao tema e, aliás, muitas vezes discordaram, como é o caso de Horney em relação à Deutsch em relação ao masoquismo feminino. Enquanto Deutsch sustentava que o masoquismo estaria intrinsecamente ligado a uma dita natureza feminina, Horney (1935/1991) salientava o lugar da cultura no fomento de atitudes masoquistas entre mulheres.

Dentre as autoras daquele tempo, Karen Horney foi pivô no sentido de introduzir críticas consideradas feministas no cerne das construções psicanalíticas, além de propor alternativas para a leitura de alguns aspectos da teoria psicanalítica a partir de interlocuções com áreas como a sociologia e a antropologia, o que fez com que ficasse conhecida como culturalista. Suas contribuições serão abordadas em maior profundidade nos capítulos a seguir.

Na década de 1930, a partir da visita e migração de analistas para os Estados Unidos, a psicanálise passou a ser difundida nesse país (Alexander, Eisenstein & Grotjahn, 1966). Desses, Alexander foi um dos que ficou no país, onde fundou o primeiro instituto de Psicanálise do país, o *Chicago Institute for Psychoanalysis*, para o qual convidou Karen Horney, que conheceu de maneira mais próxima no Instituto Psicanalítico de Berlim, para ocupar o cargo de diretora associada, em 1932. Sua escolha se deu por considerá-la independente e

questionadora, apesar de sua formação fortemente freudiana, além de admirar nela o fato de suas concepções teóricas sempre se ancorarem na experiência clínica (Natterson, 1966). No ano de 1926, Horney havia se separado de seu marido Oskar, indo assim para os Estados Unidos já após esse fato, quando aceitou o convite de Alexander.

Mudou-se, então, para Chicago, nos Estados Unidos, em 1932, e em 1934 mudou-se para Nova York, onde mantinha um consultório e lecionava tanto no Instituto Psicanalítico de Nova York quanto na *New School for Social Research*, instituição fundada em 1919 por intelectuais progressistas para o estudo de humanidades e problemas sociais, existente até hoje. Suas produções e ideias revolucionárias, que se contrapunham a várias premissas de Freud, não foram bem aceitas pelo Instituto Psicanalítico de Nova York, culminando em sua saída em 1941, depois da qual fundou o Instituto Americano de Psicanálise, também existente até hoje (Eckardt, 2005; Gilman, 2001). No mesmo ano, fundou também o *American Journal of Psychoanalysis*, que segue tendo publicações atualmente. Ela morreu de câncer em 1952, em Nova York.

Horney costuma ser mencionada como a primeira psicanalista a introduzir críticas feministas na psicanálise, tencionando alguns atravessamentos da lógica patriarcal nas teorizações freudianas e de outros/as colegas de sua época (Brasil & Costa, 2018; Garrison, 1981), muito embora ela própria não utilizasse esse adjetivo para falar de si. Dessa forma, podemos prescindir da postura de considerar esses imbricamentos como estritamente contemporâneos, mas apontar as construções já elaboradas nesse âmbito há quase um século e, a partir delas, criar as condições de possibilidade para novas contribuições.

Conquanto tenha sido uma pioneira da psicanálise, contemporânea de Freud e engajada no movimento psicanalítico de sua época, Karen Horney é pouco conhecida e estudada no Brasil. Enquanto, nos Estados Unidos, Horney teve influência mais explícita e duradoura, tendo fundado instituições e circulado suas obras e ideias mais amplamente em comparação ao Brasil, em nosso país é quase que desconhecida em suas elaborações teóricas e raramente lembrada ou mencionada em sua importância histórica no movimento psicanalítico. Suas contribuições teóricas são refletidas apenas escassamente na literatura acadêmica no Brasil, sendo que apenas um artigo científico que se debruça mais longamente sobre sua obra foi encontrado, e é uma produção bastante recente.

Trata-se de um artigo de Amorim & Belo (2020), que aborda o tema da monogamia em Karen Horney, enfatizando as formulações pioneiras da autora sobre o tema. No texto, os autores pinçam algumas das principais contribuições de Horney sobre a monogamia, no sentido de uma problematização desta enquanto ideal e da análise dos problemas no casamento,

enquanto contrato social monogâmico por excelência, que apareciam com frequência em sua clínica. Em resumo, os autores apontam que Horney, por mais que se ancore em alguns pressupostos heteronormativos para suas teorizações, aporta também críticas em relação à monogamia que foram importantes para a época, como a proposta de relativizar a monogamia enquanto padrão absoluto nas relações. A construção dessa crítica se baseia, fundamentalmente, na demonstração de que dentro do arranjo monogâmico existem diversos desencontros provocados pelos atravessamentos inconscientes, indicando a não existência de uma perspectiva real de satisfação dos desejos inconscientes apenas pela via do casamento. Ou seja, a monogamia enquanto saída ideal para a relação entre parceiros deveria ser reavaliada, já que, como outros arranjos, também abarca inevitáveis conflitos; portanto, não deveria ser considerada melhor ou pior que os demais formatos de relacionamento através de padrões valorativos morais. Por fim, o artigo coloca em relevo os apontamentos da autora no sentido de mostrar que os ideais patriarcais da cultura em que vivia traziam exigências maiores para mulheres do que homens no que tange à monogamia, por conta da naturalização da mulher como objeto sexual, como um “bem móvel” (p. 259). Se em um relacionamento monogâmico a noção de exigência de amor estaria ligada à exigência de posse, a fidelidade estaria mais a serviço da satisfação de impulsos narcísicos e sádicos do que, necessariamente, da demonstração de amor pelo outro. E, em uma sociedade patriarcal, na qual o ideal de feminilidade designa uma mulher objetalizada cujos anseios limitam-se à esfera familiar conjugal, isto se impunha mais fortemente às mulheres.

Muito recentemente, já próximo da finalização deste mestrado, encontramos mais uma produção acadêmica sobre Horney, da mesma autoria. Trata-se da tese de doutorado de Amorim (2021), que debruçou-se principalmente sobre a história de Horney e seu lugar na historiografia psicanalítica. Utilizando-se de conceitos de Ferenczi sobre o trauma, a autora sustenta que a obra e a história de Karen Horney podem ser pensadas como um desmentido na história da psicanálise, devido a seu apagamento a despeito da relevância e pioneirismo de suas contribuições, notadamente nos entrelaçamentos entre psicanálise e feminismos.

A quase ausência de conhecimento da obra de Horney em universidades e mesmo em instituições de psicanálise no Brasil contrasta com o aumento das produções acadêmicas com enfoque nos entrelaçamentos entre psicanálise e estudos de gênero, ou psicanálise e feminismo, tanto na forma de publicações de livros (Ambra & Silva, 2014; Assuar et al., 2019; Mariotto, 2018; Martins & Silveira, 2020), quanto de artigos científicos (Cavalheiro & Silva, 2020; Martins, 2021; Santos, 2018; Stona & Ferrari, 2020), a partir dos mais diversos referenciais teóricos e posicionamentos ético-políticos. Surpreende, portanto, dada a importância de Karen

Horney no estabelecimento das aproximações nessas áreas, que a autora seja pouco lembrada e referenciada nas produções acadêmicas do Brasil que inserem-se nessa mesma seara. Horney, desde momentos muito precoces da psicanálise, trouxe variados apontamentos relevantes para grande parte das reflexões em efervescência nesse campo hoje, tais como: a crítica ao referencial masculino nas teorizações e à universalidade do Édipo, a proposição de leituras da feminilidade que não se ancoram em um ideal de sujeito masculino, a ênfase na influência da cultura nas produções científicas e na própria subjetividade, a necessidade de um olhar para questões culturais na clínica psicanalítica, entre tantas outras (Horney, 1926/1991; 1937/1977; 1939/1966). Além disso, foi uma crítica das generalizações e universalizações no pensamento psicanalítico, apontando também a necessidade de não tomarmos teorias produzidas em determinada cultura, a partir de diversos atravessamentos sociais específicos, como aplicáveis em qualquer contexto (Horney, 1935/1991; 1939/1966). A partir disso, a autora alertava também que a psicanálise não deveria se tornar uma ferramenta de adequação ao que era considerado normal em uma cultura, mas preocupar-se com a saúde psíquica do sujeito, entendida por ela como a maior liberdade subjetiva possível para usufruir das próprias capacidades (Horney, 1939/1966).

Em um momento no qual a noção hegemônica sobre feminilidade na psicanálise incluía as ideias de masoquismo feminino, passividade inata, abandono do clitóris para a sexualidade vaginal, inveja do pênis e desvantagem/deficiência biológica, Horney teceu críticas pioneiras e proposições que fizeram avançar a psicanálise (Garrison, 1981). A autora sugeria que a psicanálise teria de se libertar de algumas heranças do passado, de premissas atravessadas por noções datadas, se quisesse desenvolver as suas potencialidades (Horney, 1939/1966). Assim, Horney criticava alguns aspectos da psicanálise, especialmente no que tange à feminilidade, não para execrá-la ou condená-la, mas para libertá-la de “certas premissas condicionadas historicamente e das teorias a que deram origem” (Horney, 1939/1966, p. 12).

Pode-se pensar, portanto, que muitas de suas contribuições se mantêm atuais na produção psicanalítica, inclusive abrindo caminhos para os diversos diálogos, embates e entrelaçamentos entre psicanálise e feminismo que vieram posteriormente através de outras autoras. Sendo assim, a relevância de retomar sua obra não se limita, apenas, à importância de conhecer a tradição das produções nesse campo, mas amplia-se para pensar algumas das elaborações da autora como ferramentas potentes para a psicanálise atualmente. Isto é, sua obra, apesar de datada e limitada em alguns aspectos, que serão discutidos posteriormente, traz contribuições teórico-clínicas ainda úteis para reflexões contemporâneas. Nessa esteira, torna-

se relevante retomar algumas produções da autora para extrair de sua obra concepções que contribuam para as discussões atuais nesse terreno fértil de produções acadêmicas no Brasil.

2. MÉTODO

Neste capítulo, iniciaremos com uma contextualização sobre o lugar da/o pesquisador/a na pesquisa em psicanálise, para situar a forma com a qual foi feita uma aproximação do objeto de estudo e do problema de pesquisa neste trabalho. Nesta seção, utilizaremos alguns conceitos winnicottianos como ferramentas para reflexões metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise, o que reflete algo não apenas de minha trajetória pessoal dentro da psicanálise - pelas aproximações com a obra de Winnicott - como um trabalho conjunto do grupo de pesquisa no qual esta dissertação se insere que visa à contribuição para discussões metodológicas no campo da pesquisa em psicanálise a partir desse autor.

A seguir, serão abordadas algumas contribuições de estudos feministas para a questão da metodologia em pesquisa, trazidas ao texto pela relevância em relação a esta pesquisa, que se produz nos entrelaçamentos entre psicanálise e feminismos. Busca-se, com isso, situar o lugar da pesquisadora - nesse *entre* psicanálise e feminismos - e traçar caminhos metodológicos que auxiliarão a circunscrever a forma como me aproximei da obra de Horney e a situar a própria obra da autora como um saber parcial e localizado.

Por fim, serão discutidos os operadores metodológicos utilizados para a leitura dos textos de Horney e para a compreensão dos movimentos que realizou em suas produções. A partir da leitura de *A destruição como origem do devir*, de outra pioneira da psicanálise, Sabina Spielrein (1912/2014), faremos a proposição da utilização da destruição e do devir como operadores metodológicos para a leitura de Horney em seus movimentos de crítica e produção no campo da psicanálise. Embora pareçam antagônicos, a partir de Spielrein poderemos sustentar que fazem parte de um mesmo movimento criativo que pressupõe a destruição para que algo de novo possa advir.

2.1 Reflexões metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise

Para discorrermos sobre as questões metodológicas que envolvem este trabalho, torna-se necessário iniciar com uma breve discussão acerca da pesquisa em psicanálise e, em especial, sobre o lugar do/a pesquisador/a. Parece um consenso entre vários autores que trabalham sobre a pesquisa psicanalítica que uma pesquisadora nesse campo está profundamente implicada enquanto sujeito com seu objeto de pesquisa (Caon, 1997; Diniz, 2010; Irribary, 2003). Nesse sentido, o conceito de transferência é um dos pontos fundamentais. Para Freud (1912/1976), a transferência na análise funciona tanto como motor quanto maior fonte de resistência, por isso o trabalho na transferência é questão fundamental para o trabalho analítico. Analogamente, pode-se pensar que na pesquisa algo semelhante se passa: trabalhar a partir da transferência

com o objeto de estudo, com o campo de pesquisa, com as/os autoras/es e os conceitos, sejam quais forem os escolhidos para traçar um caminho na pesquisa, é ferramenta fundamental para o processo da pesquisa.

Isso não significa necessariamente delimitar um distanciamento em relação ao que seria nosso e o que seria do objeto de pesquisa, como se os contornos dessa separação fossem facilmente identificáveis. Um dos autores da psicanálise que aporta elementos para pensar a relação entre pesquisador/a e objeto é Winnicott (1975), principalmente através do conceito de espaços/fenômenos transicionais. O espaço transicional denomina uma área intermediária que se situa no *entre*: entre o eu e o outro, algo se constrói possibilitando uma sobreposição de duas áreas. Afastando-se do embate entre algumas oposições binárias, Winnicott propõe um paradoxo: o viver criativo não se dá em forma de pura projeção, onde o sujeito predomina; nem na aproximação de um objeto totalmente externo e “real”, onde o objeto predomina - transitamos sempre por um espaço transicional que pressupõe um encontro singular *entre* sujeito e objeto. Embora o autor estivesse produzindo uma reflexão partindo do estudo sobre a constituição psíquica do bebê, a ideia de espaço transicional se expande:

Essa área intermediária da experiência, incontestada quanto a pertencer à realidade interna ou externa (compartilhada), constitui a parte maior da experiência do bebê e, através da vida é conservada na experimentação intensa que diz respeito às artes, à religião, ao viver imaginativo e ao trabalho científico criador (p. 30).

É possível pensar que, partindo de uma perspectiva winnicottiana, a separação pesquisadora/objeto torna-se um par binário obsoleto, justamente pois se considera esse espaço transicional - o encontro singular *entre* pesquisadora e objeto. Nesse sentido, a pesquisa não pode ser tomada como uma análise pessoal ou “espelho” da pesquisadora, tampouco como reflexão sobre um objeto apartado de si e pertencente a um exterior. A pesquisa será tomada, aqui, como uma criação que só pode ter lugar em um encontro no qual não se reivindica neutralidade nem projeção - ou seja, torna-se impossível tanto afirmar um olhar neutro sobre o objeto, quanto afirmar uma total produção subjetiva do objeto.

A transferência, enquanto o que se constrói em análise, pode ser pensada como esse *entre* analista e analisando, que é o único meio no qual se pode trabalhar em psicanálise, conforme anteriormente mencionado a partir de Freud. De forma análoga, é nesse *entre* que se pensará a transferência em pesquisa como o meio no qual é possível pesquisar em psicanálise.

Seguindo com Winnicott (1975) e com a reflexão sobre o espaço transicional onde a criação se dá, outra ferramenta de pesquisa potente pode ser sua afirmação de que só é possível criar a partir de uma base de tradição. A partir disso, pode-se considerar que é através de um contexto e do que foi criado antes de nós que podemos, nesse *entre - entre* campos de saber, *entre* pesquisador e objeto, *entre* eu e outro - criar algo autoral em pesquisa a partir de um lugar singular de sujeito pesquisador/a. Isso não significa necessariamente trabalhar no sentido de manter uma tradição, pelo contrário: partindo dela, podemos criar uma leitura própria, mesmo que seja totalmente diversa da tradição.

Uma metodologia que pressupõe esse lugar *entre* não sustenta, de forma alguma, a submissão do objeto de estudo a uma teoria pré-estabelecida. Segundo Winnicott (1975), a interpretação, em análise, fora dessa área intermediária do espaço transicional é doutrinação e produz uma submissão do sujeito. Aqui pensaremos, em paralelo, que a aplicação da teoria de forma não situada - sem levar em conta a transferência *entre* pesquisadora, objeto e autoras - é doutrinação. Ou seja, a aplicação em repetição da teoria acaba por fazer dela uma doutrina rígida, inflexível e sem possibilidade de movimentação. Tomando o exemplo de Freud, sabemos que a ideia de doutrina é contrária a psicanálise, campo híbrido e sempre em construção e reinvenção desde o início.

No sentido das discussões metodológicas realizadas até aqui sobre a pesquisa em psicanálise e, principalmente, sobre o lugar do/a pesquisador/a, o preâmbulo que abre esta dissertação traz, de certa forma, um componente metodológico, pois situa o trajeto que me levou ao objeto de pesquisa deste trabalho, ressaltando aspectos transferenciais do meu lugar singular de pesquisadora no encontro com a obra de Karen Horney. Foi a partir de angústias, questionamentos e um certo encantamento com a leitura dessa autora que um problema de pesquisa pôde ser delineado e levado adiante, tendo como motor minha implicação com o tema.

2.2 Contribuições metodológicas de estudos feministas

Cabe agora trazer algumas contribuições feministas de relevância para refletir sobre metodologia de pesquisa, que podem somar-se às discussões da psicanálise sobre o tema de forma a enriquecê-las. É consenso em psicanálise que o sujeito sempre fala a partir de um lugar de enunciação. Por outra via, Djamilla Ribeiro (2017) discorre sobre o conceito de lugar de fala, muitas vezes utilizado de forma bastante deslocada do proposto pela autora. O entendimento que se tem desse conceito no senso comum frequentemente refere-se à necessidade de uma vivência empírica desde um determinado lugar identitário do social para que se possa falar sobre um assunto; é o observado quando uma pessoa branca afirma que “não

tem lugar de fala” para discorrer sobre racismo, por exemplo. Talvez isso se refira mais a uma apropriação do conceito no âmbito das redes sociais do que ao que a autora de fato propôs em seu texto.

Ribeiro (2017) explicita que todo mundo tem lugar de fala: no cerne de um laço social pautado pelo racismo estrutural, todo sujeito fala de um lugar racializado. Isso aponta que uma pessoa branca pode falar de racismo, mas sempre falará do lugar de uma pessoa branca que, no que diz respeito ao racismo, é um lugar de privilégio. Ao mesmo tempo, habitar um lugar de privilégio em relação a determinado marcador social da diferença não exclui outros atravessamentos, sendo necessário enfatizar uma abordagem interseccional para a compreensão do lugar de onde um sujeito pode falar em determinado contexto cultural. Na interlocução entre a psicanálise e o conceito de lugar de fala, podemos pensar que o sujeito só pode enunciar de seu lugar, que é circunscrito à cultura à medida que o sujeito nela se constitui. Portanto, em uma cultura marcada pelo discurso hegemônico do patriarcado heterocolonial, como nomeado por Preciado (2019), a incidência subjetiva de alguns lugares sociais não é irrelevante. Nessa leitura, o lugar de enunciação do sujeito não diz respeito a categorias psicanalíticas abstraídas de um contexto, mas enlaçadas a uma cultura racista, patriarcal, colonial.

Daí pode-se refletir que a tomada do lugar de agentes de produção do conhecimento por sujeitos que não o homem branco europeu cisgênero e heterossexual, aquele tomado enquanto norma universal, é fundamental para a produção de movimentações epistemológicas no saber ocidental, mas por si só não garante essas movimentações. Na leitura aqui proposta, portanto, a questão do lugar de fala é tomada como indicada por Ribeiro (2017), que compreende as limitações do lugar de onde um sujeito pode falar em determinado contexto cultural e as implicações desse lugar na produção de conhecimento, ao mesmo tempo que aponta a insuficiência da representatividade por si mesma. Conforme a autora, há a necessidade de questionamento do privilégio epistêmico e, também, das bases epistemológicas que fundam a produção dos saberes ocidentais hegemônicos. Uma coisa não se basta por si só, nem exclui a outra. O privilégio epistêmico se manifesta na colonização do pensamento a partir de uma matriz branca, masculina e europeia que se intitula universal e busca univocidade na construção de conhecimento acadêmico. O conceito de lugar de fala nos auxilia a nomear o dito sujeito universal, racializá-lo, localizá-lo e apontar o movimento de colonização impresso no conhecimento acadêmico, ao entender que o lugar de agente na produção desse conhecimento foi historicamente ocupado por esse sujeito específico, enquanto a outras subjetividades foi

sistematicamente impedido o acesso à academia. Sendo assim, apenas a fala de alguns recebeu reconhecimento e autoridade nesse contexto.

Ao mesmo tempo, isso não significa que um sujeito não possa falar sobre determinado assunto, mas que fala a partir daquilo que o constitui enquanto sujeito em uma cultura. Assim, a produção de conhecimento nunca é abstrata e universal, mas situada e contingente, na mesma esteira do que aponta Haraway (1995). A autora, através do conceito de saberes localizados, utiliza a visão como metáfora para pontuar a que a produção de conhecimento sempre é parcial:

Gostaria de continuar apoiando-me metaforicamente num sistema sensorial muito difamado no discurso feminista: a visão. A visão pode ser útil para evitar oposições binárias. Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas [...] (p. 18).

Para reflexões metodológicas, os conceitos citados acima auxiliam ao passo que situam que uma pesquisa, nesse sentido, nunca pode pretender-se total, pois traz consigo a marca de atravessamentos subjetivos e socioculturais que apontam um limite. Ao mesmo tempo, esse limite da localização da produção de conhecimento pode ser também um potencializador do trabalho. Haraway (1995) elabora, a partir disso, o que chama de objetividade feminista, que não se pretende total e não se paralisa por isso; ao contrário, traz na admissão de sua parcialidade sua maior potencialidade: “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (p. 21).

Neste trabalho, as noções abordadas nesta seção têm relevância não apenas porque esta escrita pode ser pensada como algo que se situa entre psicanálise e feminismos, nem apenas para situar meu lugar de pesquisadora branca, cisgênera, do sul do país, no meio de uma pandemia que atingiu o Brasil em um momento histórico absurdo. Essas contribuições

feministas serviram, também, de ferramenta para a leitura de Karen Horney, autora alemã que emigrou para os Estados Unidos na década de 1930, branca, de classe média, que aproveitou várias das portas recém abertas pelo feminismo europeu do fim do século XIX e início do século XX, tais como: frequentar a universidade de medicina, escrever e publicar textos acadêmicos, separar-se do marido, tornar-se mãe e seguir tendo vida profissional ativa, entre outras. Veremos adiante neste trabalho que a própria Horney compreendia os atravessamentos históricos e culturais como de extrema relevância subjetiva e para a própria produção de conhecimento. Nesse sentido, e a partir das discussões metodológicas aqui exibidas, buscaremos, ao longo do texto, operar com as noções de lugar de fala, saberes localizados e objetividade feminista, ao situar a obra e os conceitos da autora em seus enlaces históricos e culturais, em suas limitações e potencialidades. Mais do que elaborar uma discussão teórica sobre esses conceitos neste capítulo, nos interessa operar com esses conceitos na pesquisa e na escrita.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos recuperar contribuições de Karen Horney sobre diferença sexual e feminilidade, conceitos importantes para os enlaces entre psicanálise, gênero e feminismos no contexto dos pioneiros e pioneiras da psicanálise. Tomando destruição e devir como operadores metodológicos, pudemos evidenciar os movimentos de crítica e proposição inerentes à produção de Horney, entendendo a crítica não apenas como apontamento de limites, mas como a destruição necessária para o devir e a transformação, no sentido do que coloca Spielrein (1912/2014).

Notamos que, para tecer suas próprias contribuições acerca da feminilidade, Horney primeiro se deteve na crítica ao referencial masculino na psicanálise. Foi a primeira autora nesse campo a pontuar enfaticamente que o fato de apenas homens escreverem sobre feminilidade trazia um viés importante, fazendo com que a noção de feminilidade se tornasse um depósito dos desejos, ressentimentos e narcisismos dos autores, sublinhando a implicação dos agentes da produção de conhecimento com os saberes produzidos. Por mais que tenha feito questionamentos revolucionários para a psicanálise, contudo, Horney também se sustentou em noções essencialistas e normativas para algumas proposições, principalmente aquelas datadas do início da década de 1920. É o caso, por exemplo, de sua afirmação de que a feminilidade específica partiria de um desejo pelo pai enquanto genitor do sexo oposto, o que aporta consigo atravessamentos cisheteronormativos.

Com sua ida para os Estados Unidos, o encontro com outra cultura e outros campos de conhecimento, Horney passou a dar cada vez mais espaço, em suas escritas, para o lugar da cultura na constituição psíquica, especialmente no que tange à diferença sexual e à feminilidade. Ela própria aponta o quanto a experiência de viver em uma cultura diversa da qual foi criada ampliou seu olhar para a importância da cultura e do social, o que a levou a tecer duras críticas contra presunções universalizantes na construção de conhecimento. Convém lembrar, além disso, que Horney fez parte de um instituto multidisciplinar de estudos em humanidades e ciências sociais, o *New School For Social Research*, o que também pode ter tido influência nos rumos que sua produção tomou ao longo do tempo. Passou a apontar, com gradual ênfase, as formas pelas quais a cultura patriarcal engendra uma determinada feminilidade baseada na inferiorização de mulheres, na restrição de sua vida criativa e produtiva no laço social e na introjeção de um masoquismo fundamentado na dependência emocional e financeira, entre outros aspectos.

Não por isso deixou de ser psicanalista, tendo atuação clínica durante toda sua vida profissional, seja em clínicas, como a clínica pública de Berlim, da qual foi a única mulher dentre os primeiros membros, seja em sua prática particular. Franz Alexander, responsável por convidá-la aos Estados Unidos, a caracterizava como questionadora, crítica e inovadora, e ao mesmo tempo como uma psicanalista de formação eminentemente clínica e bastante freudiana (Natterson, 1966). Karen Horney não criticava a psicanálise no sentido de abandoná-la ou apenas de apontar suas falhas; pelo contrário, tinha o intuito de construir um novo devir psicanalítico que pudesse abrir mão de premissas atravessadas pelo que chamou de preconceitos sociais. Nesse sentido, a discussão trazida pela autora é mais atual do que nunca, sendo essa uma das grandes questões da psicanálise no Brasil hoje. Como construir uma psicanálise brasileira, antirracista, feminista, não normativa?

O último capítulo deste trabalho visa, justamente, a contribuir com algumas pistas metodológicas que nos auxiliem nessas questões, a partir da obra de Horney. A autora aponta alguns caminhos para uma produção de conhecimento mais situada na psicanálise, como não pretendermos a universalização ou generalização das teorizações psicanalíticas sem levarmos em conta as especificidades culturais de cada contexto; entendermos a cultura não como secundária, mas como central para a constituição do sujeito; reconhecermos que o lugar de agente de produção de conhecimento não é ocupado por um sujeito universal abstrato, mas marcado por atravessamentos sociais. Horney afirmava que não poderíamos tomar algumas produções baseadas no homem de classe média ocidental como fundamentos para pensar a humanidade como um todo. Pensamos que essas contribuições de Horney dialogam diretamente com a psicanálise da atualidade, sem que com isso tenhamos a pretensão de uma aplicação de sua teoria para os dias atuais, simplesmente. O que propomos é uma possibilidade de reconhecer que algumas das discussões contemporâneas já estavam presentes nos primórdios da psicanálise, mesmo que de forma embrionária. Assim, a ideia de uma psicanálise hegemônica, muitas vezes difundida nos espaços de formação, não se sustenta. Nós apenas não conhecemos diversas histórias que devem ser contadas para que possamos ressignificar a psicanálise em sua história, teoria e clínica.

O intuito dessa retomada não consiste em sugerir que as contribuições de Horney devem ser relevadas em detrimento de outras, pelo contrário: sublinhamos que sua obra é datada, reproduz essencialismos e normatividades, não se atenta às questões raciais, enfim, possui limitações para os dias atuais, como qualquer obra de cem anos atrás. Entretanto, seus apontamentos em relação ao atravessamento de preconceitos de uma cultura patriarcal na teoria psicanalítica e de ideologias masculinas que provocam ruídos para a escuta e a teorização são

ferramentas para discussões atuais no campo dos enlaces entre psicanálise, feminismos e estudos de gênero. Tanto em termos históricos quanto em termos de relevância teórica, a obra da autora se faz relevante para o campo psicanalítico em suas intersecções com feminismos e estudos de gênero. A ampliação das perspectivas de leitura que possibilita a aposta na hibridez com outras áreas de conhecimento e no avanço da psicanálise em detrimento da fixidez em determinadas doutrinas atualizam-se como contribuições que, mesmo datadas em quase um século, permanecem vivas e atuais.

Cabe ressaltar, ainda, que as leituras aqui propostas sobre a obra de Horney consistem em um trajeto singular de encontro com essa autora, atravessado pela transferência com os textos, conceitos, com a psicanálise, não se propondo assim como uma leitura definitiva ou que apenas traduza as ideias da autora. Certamente, as leituras aqui propostas trazem matizes particulares para uma escrita possível sobre a obra de Horney, a partir do terreno do qual parto, que busquei evidenciar no preâmbulo e na introdução deste trabalho.

Tendo em vista o lugar de importância da autora, mesmo com as ressalvas já apontadas sobre as limitações de sua obra, causa estranhamento o silenciamento sobre Horney no Brasil. Sendo uma pioneira em diversos aspectos da psicanálise que estão em relevo hoje, é curioso que não se conheça muito sobre ela no país, o que não significa que sua obra não seja de interesse. No percurso do mestrado, nos dois cursos de extensão que tivemos a oportunidade de ministrar, chamava a atenção o desconhecimento das participantes sobre a autora e o quanto pareciam chocadas ao se deparar com uma psicanalista questionando a centralidade do falo, o lugar da cultura, ou a impossibilidade de uma categoria universal de mulher já no início do século XX. Notamos um interesse pronunciado tanto no rápido esgotamento das vagas oferecidas para o curso, quanto no decorrer dos encontros. Tendo em vista o apagamento dessa contribuição intelectual, buscamos salientar nesta escrita trechos dos textos da autora que expressam suas principais colocações pioneiras para a psicanálise, trazendo não apenas nossa leitura, mas expondo algumas colocações diretamente vindas de Horney. Embora não se intitulasse “feminista”, Horney abriu caminhos para pensarmos sobre algo que ainda hoje segue sendo uma pergunta: é possível uma psicanálise feminista?

Antes dessa pergunta, talvez exista uma questão anterior: o que estamos querendo dizer quando trazemos esse adjetivo à psicanálise? Existem diversas noções de feminismos, por esse motivo, ao longo do texto, sempre escrevemos essa palavra no plural. Os movimentos e estudos feministas negros têm colocado em xeque, há tempos, as limitações da categoria de mulher enraizada no feminismo branco de tradição europeia, que se torna excludente com diversas outras mulheridades. Da mesma forma, como já pontuado na

introdução, têm salientado que os feminismos marxistas, que colocam a classe como central, deixam de promover um pensamento interseccional. Algumas vertentes pós estruturalistas, trazidas ao texto através de Haraway (1991), levantam a problematização da própria categoria de mulher e gênero, apontando o quanto estão ancoradas em oposições binárias da modernidade colonial como natureza *versus* cultura, masculinidade *versus* feminilidade, humano *versus* máquina, entre outras. Ou seja, o campo dos feminismos carrega consigo uma complexidade que não comporta um fechamento sobre seu significado, assim como a psicanálise.

Mesmo o feminismo atribuído a Horney não pode ser resumido de forma simples. Como autora branca e europeia do início do século XX, Horney muitas vezes esteve na esteira de suas contemporâneas, apontando para a inferiorização das mulheres em sua cultura, denunciando os atravessamentos patriarcais na psicanálise, no conceito de feminilidade ancorado na inveja do pênis, na introjeção de ideais de submissão, dependência e inferioridade em meninas desde cedo. Em alguns momentos de sua obra, seu movimento foi no sentido de tentar afirmar uma feminilidade específica, que não estivesse ancorada nesse referencial masculino atravessado por uma hierarquia que determinava a mulher, e tudo que poderia ser relacionado a ela, como inferior, primitivo, ligado à loucura, à irracionalidade. Nessa via, podemos pensar que suas problematizações estavam em sintonia com aquelas levantadas por movimentos feministas comumente entendidos como de primeira e segunda onda, embora temporalmente Horney estivesse mais situada apenas na primeira.

Entretanto, algumas de suas escritas mais tardias aportam elementos que não estão em desalinho com pensamentos do que pode ser compreendida como a terceira onda do feminismo, marcada por noções pós-estruturalistas que pensam as diversas mulheridades ao invés de afirmar uma categoria de mulher universal. Essa complexidade dos feminismos em Karen Horney talvez deem mostras de que a autora se encontrava em lugares paradoxais: entre psicanálise, sociologia e outros campos, entre Europa e Estados Unidos, entre o século XIX e o XX. Tais encruzilhadas específicas que atravessaram sua obra podem ter influência nas idas e vindas de seus textos, que sem dúvida avançam no sentido do chamado culturalismo. Podem também apontar que a divisão do feminismo em ondas tem cunho mais didático que prático, como já percebemos também com o pioneirismo de Truth, em 1851.

Ao apresentarmos a complexificação do campo de possibilidades de uma psicanálise feminista, nos direcionamos no caminho de levantar mais perguntas do que trazer respostas. Talvez existam diferentes psicanálises e diferentes feminismos, que podem gerar encontros singulares nas tessituras de um corpo teórico-clínico menos normativo. Mas vemos, em alguns momentos, na própria obra de Horney, que mesmo pontuações que podem ser entendidas como

feministas têm o potencial de produzir novas normatividades. Portanto, ao chamarmos suas contribuições de feministas, não queremos dizer que são isentas de reproduzir essencialismos, mas que foram revolucionárias à época, propondo novos olhares sobre a psicanálise e seus atravessamentos e entornos.

O que podemos apreender na esteira desses questionamentos, a partir do trabalho produzido nesta dissertação, é que Horney teve a coragem de provocar abalos na psicanálise com o intuito de que ela pudesse avançar, traçar novos rumos. Com isso, rompeu alguns laços institucionais e teve sua história, muitas vezes, contada de maneira simplista, ou apenas não contada. Como postula Amorim (2021), a autora pode ser pensada como um desmentido na história da psicanálise. Hoje, retomando sua história por outro viés, afirmamos que as destruições e rompimentos que propôs estavam a serviço de um devir psicanalítico que pudesse seguir em transformação, a par de seu tempo.

REFERÊNCIAS

- Abraham, K. (1999). Manifestations of the female castration complex. In: Grigg, R., Hecq, D., & Smith, C. (Eds.) *Female sexuality: the early psychoanalytic controversies*. London: Karnac Books. (Originalmente publicado em 1922)
- Adichie, C.N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alexander, F., Eisenstein, S., & Grotjahn, M. (Orgs.) (1966). *Psychoanalytic pioneers: a History of Psychoanalysis as seen through the lives and works of its most eminent teachers, thinkers and clinicians*. New York, London: Basic Books.
- Ambra, P.E.S. & Silva Jr, N. (Orgs.). (2014). *Histeria e gênero: sexo como desencontro*. São Paulo: nVersos.
- Ambra, P. (2018). Gênero e epistemologia psicanalítica. In: Françaia, Porchat & Corsetto (orgs.). *Psicanálise e gênero: narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina*. Curitiba: Caligraphie Editora.
- Amorim, P.M. & Belo, F.R.R. (2020). A monogamia em Karen Horney: considerações acerca das construções psicanalíticas sobre feminilidade. *Psicologia em Revista*, 26(1), 246-268.
- Amorim, P.M. (2021). *Karen Horney, o feminismo e a feminilidade: um desmentido na história da psicanálise*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Assuar, G., Nunes, L.V., & Silva Jr., J.P. (Orgs.) (2019). *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção*. São Paulo: Zagodoni Editora.
- Austen, J. (2014). *Persuasão*. São Paulo: Martin Claret. (Originalmente publicado em 1818)
- Ayouch, T. (2015). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, 54(28), 23-32.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade, subjetivações*. Curitiba: Caligraphie Editora.
- Beividas, W. (1999). O excesso de transferência na pesquisa em psicanálise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 661-679.
- Bento, M.A.S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bicudo, V. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política. (Originalmente publicado em 1945)
- Brasil, M.V. & Costa, A.B. (2018). Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? *Psicologia Clínica*, 30(3), 427-446. <https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A02>

- Caon, J.L. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), 105-123. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100008>
- Cavalheiro, R. (2019). *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cavalheiro, R., & Silva, M. R. (2020). Psicanálise e Dissidências de Gênero: Questões para Além da Diferença Sexual. *Revista Subjetividades*, 20(3), e9793. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e9793>
- Cromberg, R. (2014). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise. Obras completas, volume 1*. São Paulo: Livros da Matriz.
- Didi-Huberman, G. (2015). A invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Diniz, M. (2010). O método clínico e sua utilização na pesquisa. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 120, 2011. Edição especial de 10 anos.
- Eckardt, M.H. (2005). Karen Horney: a portrait. *The American Journal of Psychoanalysis*, 65(2), 95-101.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. (Originalmente publicado em 1952)
- Foucault, M. (2018). *História da sexualidade - vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. (Originalmente publicado em 1976)
- Freud, S. (1974). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas v.14*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S. (1976) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas v. 12*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1912)
- Freud, S. (1977). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas, v. 9*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1977). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas, v. 18*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920)
- Freud, S. (1977). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas v. 19*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).
- Freud, S. (1988). Construções em Análise. In: Freud, S. *Obras Completas de Sigmund Freud, v. 23*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1937)

- Freud, S. (1996). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1908)
- Freud, S. (2006). Feminilidade. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, v. 22. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933)
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM Editores. (Originalmente publicado em 1930)
- Freud, S. (2013). *Totem e tabu*. Porto Alegre: L&PM Editores. (Originalmente publicado em 1913)
- Freud, S. (2016). Estudos sobre a histeria. In: Freud, S. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 2*. São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1895)
- Garrison, D. (1981). Karen Horney and Feminism. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 6(4), 672-691.
- Gilman, S. (2001). Images in Psychiatry: Karen Horney, M.D., 1885-1962. *The American Journal of Psychiatry*, 158(8), 1205.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Gonzalez, L. (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. In: Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras*. Rio de Janeiro: Diáspora Africana.
- Haraway, D. (1991). Manifesto ciborgue. In: Haraway, D., Zunzru, H., & Tadeu, T. (Orgs.). (2000). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Horney, K. (1966). *Novos rumos na psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1939)
- Horney, K. (1977). *A personalidade neurótica do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Originalmente publicado em 1937)
- Horney, K. (1980). *The adolescent diaries of Karen Horney*. New York: Basic Books.
- Horney, K. (1982). *Nossos conflitos interiores*. São Paulo: Difusão Editorial. (Originalmente publicado em 1945)
- Horney, K. (1991). A gênese do complexo de castração nas mulheres. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1923)

- Horney, K. (1991). A fuga da feminilidade. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1926)
- Horney, K. (1991). O ideal monogâmico. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1928)
- Horney, K. (1991). A desconfiança entre os sexos. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1931)
- Horney, K. (1991). O medo da mulher. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1932)
- Horney, K. (1991). A negação da vagina. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1933)
- Horney, K. (1991). A supervalorização do amor. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1934)
- Horney, K. (1991). O masoquismo feminino. In: *Psicologia feminina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1935)
- Horney, K. (1992). Últimas conferências sobre técnicas psicanalíticas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Originalmente publicado em 1952)
- Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]. (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Iribarry, I.N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica?. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115-138.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lacan, J. (1978). A significação do falo. In: Lacan, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Editora Perspectiva. [1958]
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Maio, M.C. (2010). Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, 35, 309-355.
- Mariotto, R.M.M. (Org.). (2018). *Gênero e sexualidade na infância e adolescência: reflexões psicanalíticas*. Salvador: Ágalma.
- Martins, A.A. & Silveira, L. (Orgs.) (2020). *Freud e o patriarcado*. São Paulo: Hedra.
- Martins, P.G. (2021). A norma do falo e a abjeção da mulher na psicanálise. *Revista Subjetividades*, 21(1), 1-12.
- Natterson, J.M. (1966). Karen Horney: the cultural emphasis. In: Alexander, F., Eisenstein, S. & Grotjahn, M. (Eds.). (1966). *Psychoanalytic pioneers: a History of Psychoanalysis as seen through the lives and works of its most eminent teachers, thinkers and clinicians*. New York, London: Basic Books.

- Porchat, P. (2014). A transexualidade hoje: questões para pensar o corpo e o gênero na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 115-124.
- Preciado, P.B. (2014). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições.
- Preciado, P.B. (2019). Um apartamento em Urano (Conferência). *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 8, 12.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento.
- Rosa, C.T. & Weinmann, A.O. (2020). A sexualidade feminina em escritos das pioneiras da psicanálise. *Subjetividades*, 20(3), 1-13.
- Rubin, Gayle. (1993). *Tráfico de mulheres*. Recife: SOS Corpo. (Originalmente publicado em 1975)
- Santos, B. (2018). Normatividade, gênero e teoria psicanalítica: uma reflexão sobre a criação de palavras novas. *Ágora*, 21(1), 23-33.
- Sayers, J. (1992). *Mães da psicanálise: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud e Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Segato, R. (2006). *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Série Antropologia n. 400. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Silva, M.V.N., & Santo, E.S.E. (2015). A história das primeiras mulheres psicanalistas do início do século XX. *História, histórias*, 3(6), 135-156.
- Spielrein, S. (2014). A destruição como origem do devir. In: Cromberg, Renata. *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise. Obras completas, volume 1*. São Paulo: Livros da Matriz. (Originalmente publicado em 1912)
- Stona, J. (2019). *Uma escuta desmontada: paradoxos entre psicanálise e gênero a partir da escuta de experiências transidentitárias*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Stona, J. & Ferrari, A.G. (2020). Transfobias psicanalíticas. *Revista Subjetividades*, 20(1), e9778. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e9778>
- Van Haute, P., & Geyskens, T. (2016). *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Winnicott, D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D.W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed.
- Woolf, V. (2019). *Um quarto só seu*. Porto Alegre: L&PM Editores. (Originalmente publicado em 1929)